

análise de conjuntura

Finanças Públicas

VERA MARTINS DA SILVA

p. 3 Vera Martins da Silva discute dados sobre as receitas e despesas da União com o impacto da pandemia global, abordando também a evolução da dívida líquida e da necessidade de financiamento nominal do governo nos últimos anos.

Setor Externo

VERA MARTINS DA SILVA

p. 8 Vera Martins da Silva comenta os resultados das diferentes contas da balança de pagamentos brasileira dos últimos anos, destacando a importância do volume de reservas estrangeiras possuídas pelo país.

temas de economia aplicada

Precedentes do Debate sobre a Criação de um Banco de Fomento na América Latina: das Conferências Internacionais Americanas

JOSÉ ALEX REGO SOARES

p. 15 José Alex Rego Soares enfoca as tentativas anteriores ao Banco Interamericano de Desenvolvimento de criação de um banco de fomento na América Latina, com o objetivo de esclarecer o debate que precedeu sua criação.

A Atividade Econômica em 2020

GUILHERME TINOCO

p. 20 Guilherme Tinoco analisa os principais indicadores de atividade econômica já divulgados, relativos ao ano de 2020, antes do anúncio oficial do IBGE do resultado do produto nacional, programado para o mês de março.

Regulação Financeira e ESG: Uma Breve Discussão do Panorama Brasileiro

GABRIEL BRASIL

p. 24 Gabriel Brasil descreve o cenário brasileiro no tocante às medidas de práticas ambientais, sociais e de governança, dando destaque para as novas políticas do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e de bancos privados no país.

Relatório de Indicadores Financeiros

NEFIN-FEA-USP

p. 27 O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura, assim como o *dividend yield*, *short interest* e *IVol-BR*, utilizando dados brasileiros.

pesquisa na fea – Economia

p. 31 Esta seção divulga a pesquisa acadêmica desenvolvida por mestrandos e doutorandos do Departamento de Economia da FEA/USP, publicando os resumos das dissertações e teses defendidas recentemente.

economia & história

Imigração Italiana e Anarcossocialismo ao Final do Século XIX: Notas sobre a Colônia Cecília

GUILHERME GRANDI

p. 33 Guilherme Grandi comenta um episódio da experiência de imigração italiana na América do Sul: a Colônia Cecília, no Paraná, concretização das ideias anarcossocialistas de Giovanni Rossi, imigrante originário da região da Toscana.

Conselheiro Tolentino, um Funcionário da Monarquia II

RÔMULO MANZATTO

p. 45 Rômulo Manzatto prossegue na discussão da trajetória de Antonio Nicolau Tolentino, funcionário do aparato burocrático da monarquia brasileira e cuja vida ilustra a mobilidade vertical do Brasil monárquico.

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador

Simão Davi Silber
(Presidente)
André Franco Montoro Filho
Andrea Sandro Calabi
Denisard C. de Oliveira Alves
Francisco Vidal Luna
Hélio Nogueira da Cruz
José Carlos de Souza Santos
José Paulo Zeetano Chahad
Juarez A. Baldini Rizzieri

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque
Diretora de Pesquisa
Maria Helena Garcia
Pallares Zockun
Diretora de Cursos
Vera Lucia Fava

Pós-Graduação

Márcio Issao Nakane
Secretaria Executiva
Domingos Pimentel
Bortoletto
Conselho Editorial
Heron Carlos E. do
Carmo
Lenina Pomeranz



Luiz Martins Lopes
José Paulo Z.
Chahad
Maria Cristina
Cacciamali
Maria Helena G.
Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Preparação de Originais e Revisão

Alina Gasparello de
Araujo <http://www.fipe.org.br>

Editora-Chefe

Fabiana F. Rocha

Produção Editorial

Sandra Vilas Boas

análise de conjuntura



Finanças Públicas: Tempo de Gastar, Tempo de Reformar

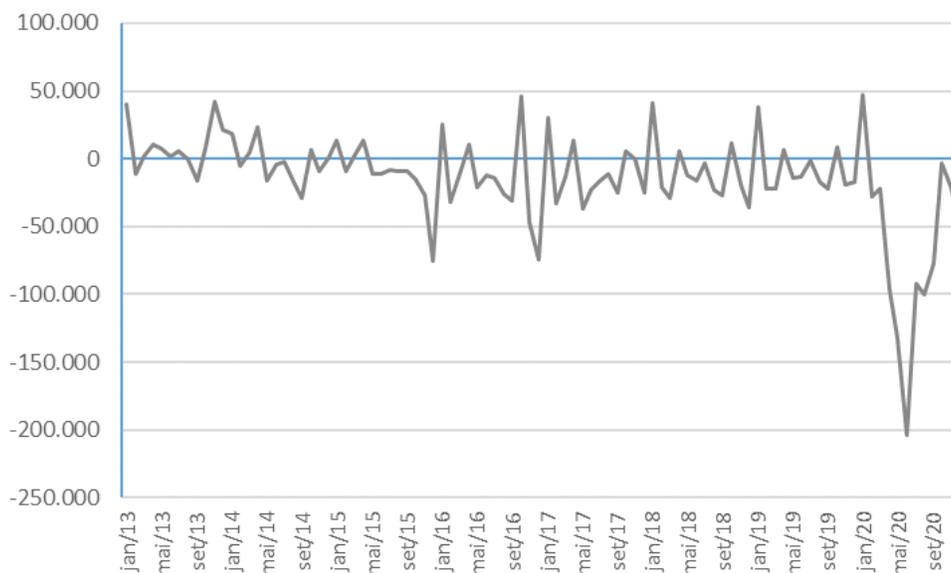
VERA MARTINS DA SILVA (*)

Entre 2019 e 2020, ocorreu uma forte deterioração das contas públicas refletindo a catástrofe causada pela pandemia da Covid-19, que já destruiu milhares de vidas e negócios. O déficit primário passou de R\$ 95 bilhões em 2019 para R\$ 743 bilhões em 2020 – um aumento real espantoso de 666% devido à queda de receitas e aumento de

despesas com socorro financeiro a pessoas e empresas. O resultado primário de 2020 representa um déficit de cerca de 10% do PIB, contra 1,2% em 2019. A ironia é que isso acabou ocorrendo durante um governo federal cuja tônica era a de redução do papel do Estado na economia e da contenção de gastos. Mas as crises múltiplas (sa-

nitária, econômica e financeira) se impuseram e a situação calamitosa falou mais alto do que a visão econômica oficial. O Gráfico 1 permite visualizar o resultado primário do governo central mensalmente desde janeiro de 2013, mostrando o superdéficit em junho de 2020, quando atingiu R\$ 204 bilhões.

Gráfico 1 - Resultado Primário Mensal do Governo Central, R\$ Milhões, Valores Atualizados para Dez/2020 (IPCA), Jan/2013 a Dez/2020



Fonte: Tesouro Nacional, séries históricas.

Cabe notar que apesar do forte aumento do déficit primário, a existência do estado de calamidade (DL 6/2020) permitiu o uso de créditos extraordinários para realizar as ações de combate à pandemia com a suspensão dos limites impostos pela regra do teto de gastos, o chamado Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95). Em termos de apuração global da regra do Novo Regime fiscal, em 2020 os gastos que estavam sujeitos à regra do Teto de Gastos ainda se mantiveram dentro dos limites estabelecidos, representando 96,4% do limite estabelecido pela regra do teto (PLOA 2020).

Já em 2021, essa regra deverá ser efetivamente uma restrição forte

aos gastos públicos federais, pois a receita estimada para o ano de 2021 foi baseada no crescimento do IPCA estimado no meio do ano; porém, o INPC – indicador que corrige os benefícios previdenciários – foi superior, de modo que as despesas obrigatórias vão engolir o orçamento de 2021, o que provavelmente causará a paralisação de uma série de despesas e correspondentes ações durante este exercício. Portanto, 2021 é o ano em que o nó das finanças públicas e das regras em vigor deve se enfrentar, mesmo porque a situação excepcional e lamentável decorrente da pandemia continua. E não poderia ter sido um momento mais escuro quando a disputa política pela presidência das casas

do Congresso Nacional paralisou a discussão sobre regras, processo orçamentário e o ainda necessário suporte financeiro durante o ano de 2019.

1 As Receitas da União

Entre 2019 e 2020, a Receita Total federal teve queda de R\$ 228 bilhões, o que representa uma queda de 13,1%. Entre as receitas administradas pela Receita Federal, a maior queda foi do Imposto de Renda, de R\$ 29 bilhões (6,7%), seguida da perda de arrecadação da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que caiu R\$ 26 bilhões (10%), e do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), redução de R\$ 21

bilhões (49%). No caso do IR e da Cofins, a redução foi o resultado da intensa retração da economia e do aumento de compensações tributárias. No caso do IOF foi a redução a zero de sua alíquota nas operações de crédito desde 3 de abril de 2020, dentro de um conjunto de medidas para apoiar a economia.

Entre as receitas não administradas pela Receita Federal, ocorreu uma significativa queda de R\$ 89 bilhões nas operações de Concessões e Permissões (91%), e de R\$ 15 bilhões em Dividendos e Participações (69%). No caso das Concessões e Permissões, deve ser ressaltado que em 2019 houve uma cessão onerosa na área do petróleo de cerca de R\$ 80 bilhões, sem nenhuma operação de montante correspondente em 2020. Quanto a receitas de Dividendos e Participações, houve redução de pagamento de dividendos por parte da Caixa, do Banco do Brasil e do BNDES.

As Transferências para Estados e Municípios por compartilhamento de receitas apresentaram queda de R\$ 35 bilhões (11%), sendo que metade disso se refere a quedas nas transferências constitucionais, FPM (Fundo de Participação dos Municípios), FPE (Fundo de Participação dos Estados) e IPI- Exportação, com queda de R\$ 17 bilhões. A redução de receitas de Estados e Municípios por compartilhamento de receitas foi compensada pelo auxílio financeiro da União de R\$ 78 bilhões durante a pandemia.

Após as transferências a Estados e Municípios, a Receita Líquida da União teve queda de R\$ 193 bilhões entre 2019 e 2020, o que significa uma redução de 13,5%.

2 As Despesas

A Despesa Total da União teve um aumento expressivo de R\$ 478 bilhões entre 2019 e 2020, sendo a maior expansão de despesa devido a Créditos Extraordinários (exceto PAC), cujo aumento de R\$ 441 bilhões foi o resultado de operações para combate à Covid-19 e apoios financeiros: Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 293 bilhões), Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios em ações de enfrentamento à pandemia (R\$ 42 bilhões), Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda (R\$ 33,5 bilhões) e Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 58 bilhões).

As Despesas Discricionárias tiveram uma forte redução entre 2019 e 2020, de R\$ 62 bilhões, (36%), enquanto as Despesas Obrigatórias com controle de fluxo tiveram redução de R\$ 14 bilhões (9,5%). Entre as despesas discricionárias, o Investimento tem sido a grande variável de ajuste, representando apenas 0,8% do PIB estimado para 2020. Aliás, o último ano em que o Investimento Público foi estimado acima de 1% do PIB foi em 2014, quando atingiu 1,3%.

O estado de calamidade (DL 6/2020) e o orçamento de guerra (Emenda Constitucional 106/2020) permitiram para o ano de 2020 a suspensão da Regra de Ouro, norma constitucional que determina que as operações de crédito não devem ser usadas para pagamento de gastos correntes. Mas, com receitas em queda e gastos extraordinários, não haveria outra possibilidade a não ser efetivar a suspensão dessa norma. Assim, em 2020, as receitas de operações de crédito superaram as despesas de capital em R\$ 343 bilhões, o que financiou parte do déficit primário que, conforme visto, foi impactado fortemente pelo Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.

A questão é que a situação sanitária permanece e, dadas as restrições legais, será difícil retomar a política de combate à pandemia e a ampliação de gastos sem a existência do estado de calamidade pública. Há uma expectativa de reformulação das regras em vigor com a discussão e aprovação do Pacto Federativo. Contudo, há um descompasso entre o processo político, em se tratando de temas inseridos na Constituição federal, e as necessidades urgentes da população.

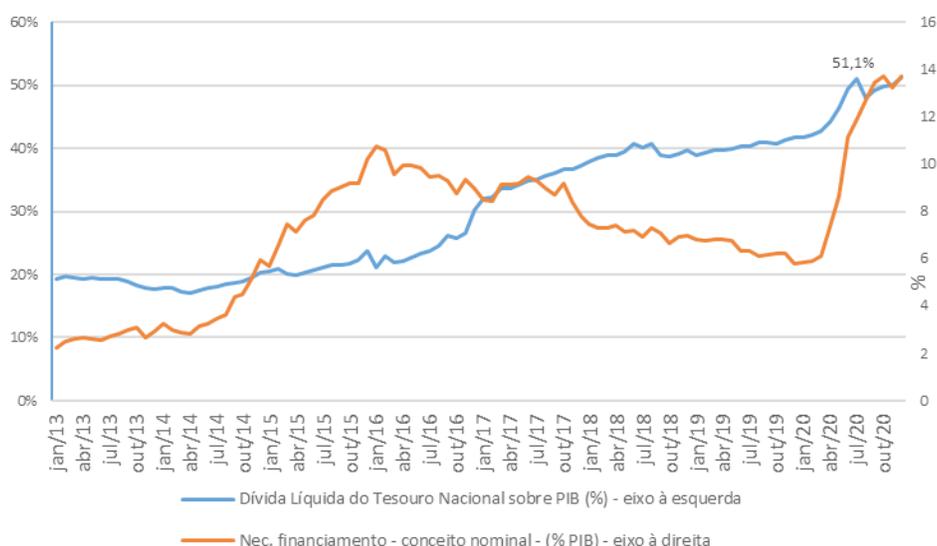
3 A Dívida Pública Federal

Como consequência das crises múltiplas e da necessidade de am-

pliação da atuação do Estado, a solução foi o uso de ampliação da dívida pública. O Gráfico 2 permite a visualização da Dívida Líquida do governo central sobre o PIB, em termos mensais desde janeiro de 2013 (linha azul), destacando a tendência crescente desde meados de 2016. A Dívida Líquida sobre o PIB atingiu o pico em julho de 2020, representando 51,2% do PIB. A Dívida Líquida representa a dedução de ativos sobre o total de passivos do governo, havendo um debate sobre qual

dívida seria o melhor indicador de sustentabilidade da dívida. No Gráfico 2, apresenta-se também a Necessidade de Financiamento da União em relação ao PIB, o chamado déficit nominal (linha laranja, eixo à direita), indicando o aumento do déficit nominal durante a recessão de 2015/16 e seu aumento significativo em 2020, em que praticamente dobrou em relação ao PIB: em dezembro de 2019, essa relação era de 5,8% e, em dezembro de 2020, de 13,7%.

Gráfico 2 - Evolução da Dívida Líquida e Necessidade de Financiamento Nominal Sobre o PIB, (%), Jan/2013 a Dez/2020



Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central.

A dívida que realmente assusta o mercado é a dívida bruta, sem a dedução dos ativos ou dos títulos em poder do Banco Central. Em dezembro de 2020, o estoque da dívida pública federal (DPF) era de R\$ 5.010 bilhões, dos quais cerca de 38% eram títulos públicos em poder do Banco Central para operar a política monetária. O total do estoque da dívida cresceu R\$ 761 bilhões, cerca de 18% em relação a 2019. Desse total, R\$ 408 bilhões referem-se a emissões líquidas do Tesouro Nacional, que permitiram o financiamento de ações de combate à pandemia, e R\$ 352,6 bilhões são referentes a apropriação de juros.

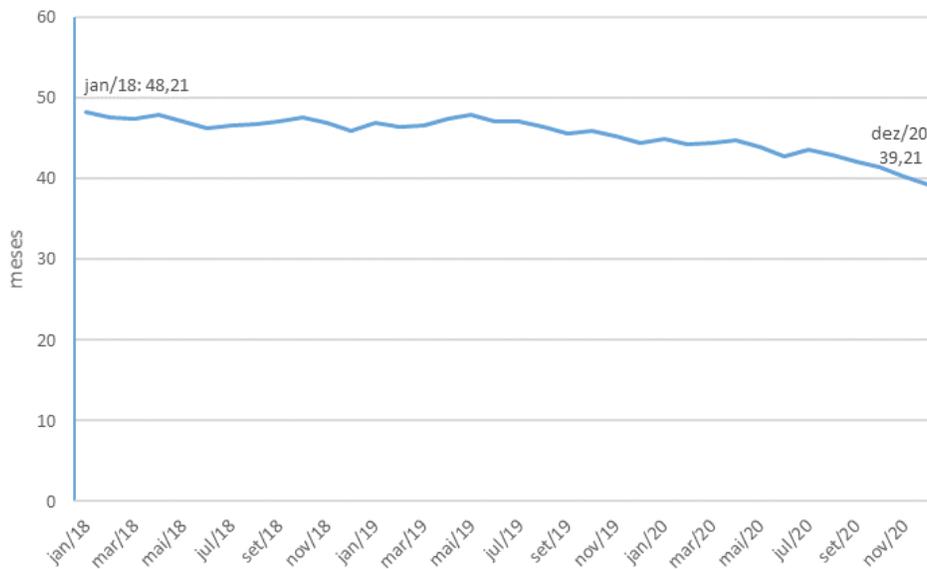
Entre o final de 2019 e 2020, ocorreu encurtamento do prazo médio da dívida, que passou de 4 para 3,6 anos, e maior concentração de dívida de prazo mais curto: o percentual da dívida que vence em 12 meses passou de 19% em dezembro de 2019 para 28% em dezembro de 2020. Isso ocorreu pela maior volatilidade do mercado associada a riscos maiores de longo prazo e maior demanda por títulos de curto prazo. Note-se que essa redução de prazos contribui para a redução do custo da dívida pública na medida em que títulos mais curtos pagam taxas de juros menores, mas também aumenta o risco de refinanciamento da dívida no ano de 2021.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do prazo médio da dívida pública federal desde janeiro de 2018, indicando que nesse primeiro mês (janeiro de 2018) o prazo médio da dívida era de 48,2 meses e em dezembro de 2020 foi de 39,2 meses.

Seguindo a tendência mundial de redução da inflação e queda de juros, em dezembro de 2019 o custo médio da dívida pública mobiliária federal acumulado em 12

meses foi de 8,66% a.a., enquanto em dezembro de 2020 caiu para 7,27% a.a., o menor da série histórica. A redução do custo não foi maior em função da variação cambial das operações vinculadas ao dólar. A forte redução do custo da dívida pública é ainda mais expressiva ao final de 2020, quando o custo médio de emissão da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna foi de 4,44% a.a., o menor da série histórica.

Gráfico 3 - Prazo Médio em Meses da Dívida Mobiliária Federal, Jan/2018 a Dez/2020



Fonte: Bacen, Séries Históricas.

(*) Economista e doutora em Economia pela FEA-USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

Setor Externo: Reservas São um Pilar Para a Economia Brasileira

VERA MARTINS DA SILVA (*)

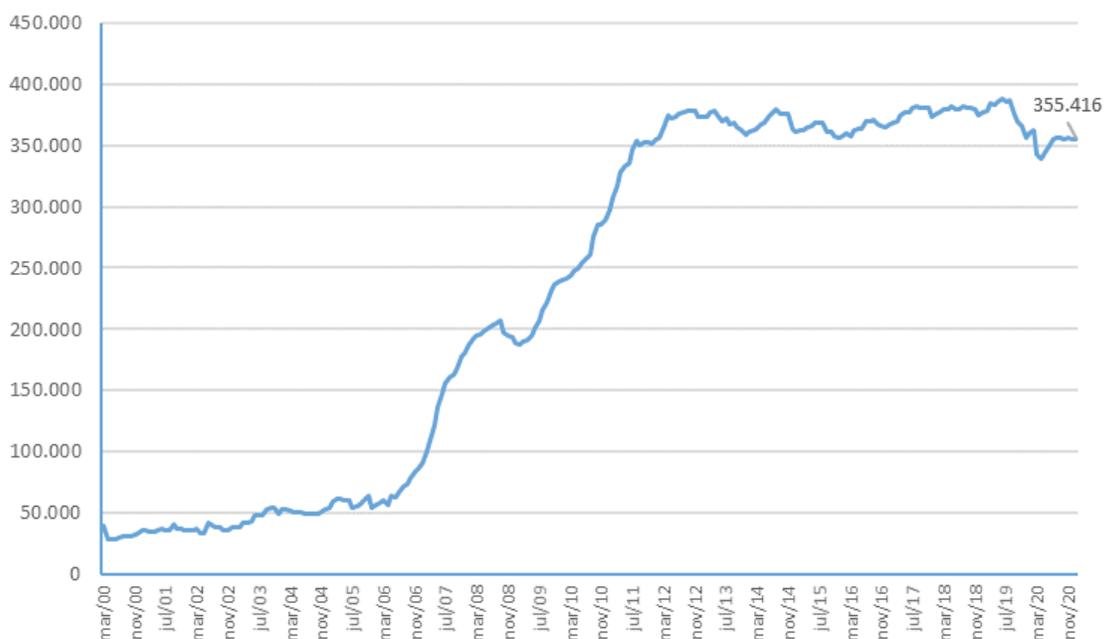
Em um mundo em crise, os resultados do setor externo brasileiro podem ser vistos como um porto relativamente seguro, pois, mesmo com as variações cambiais, a existência de um volume de reservas elevado dá uma tranquilidade quanto à capacidade de a economia garantir pagamentos de compras no exterior. O Gráfico 1 apresenta a evolução das reservas do Brasil desde março de 2000, em valores mensais. O período de maior acumulação de reservas foi entre 2007 e 2012. A partir de então houve uma relativa estabilidade e uma redução do montante a partir de meados de 2019, com o uso das reservas para combater a volatilidade do mercado cambial. Mesmo assim, o valor das reservas foi de US\$ 355 bilhões em janeiro de 2021, o que é ainda um valor expressivo e propicia uma sensação de segurança à economia brasileira.

A forte acumulação de reservas nos seis anos apontados deve-se à entrada da China, que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, absorvendo grande parte das exportações de commodities. Além da expansão das compras pela China, ocorreu também um aumento de preços favorável. O Gráfico 2 mostra o índice dos Termos de Troca, anualmente, desde 1999. Os termos de Troca indicam a relação entre os preços das exportações em relação aos preços das importações e, excetuando-se o ano de 2009 – auge da crise financeira mundial –, o período de 2006 a 2011 foi muito favorável ao Brasil. A partir de então, houve uma redução dos termos de troca até atingir o ponto mais baixo do período, em 2015, e então uma recuperação do indicador, que, entretanto, não atingiu o pico anterior.

A globalização fixou partes da produção em distintos países. Por isso,

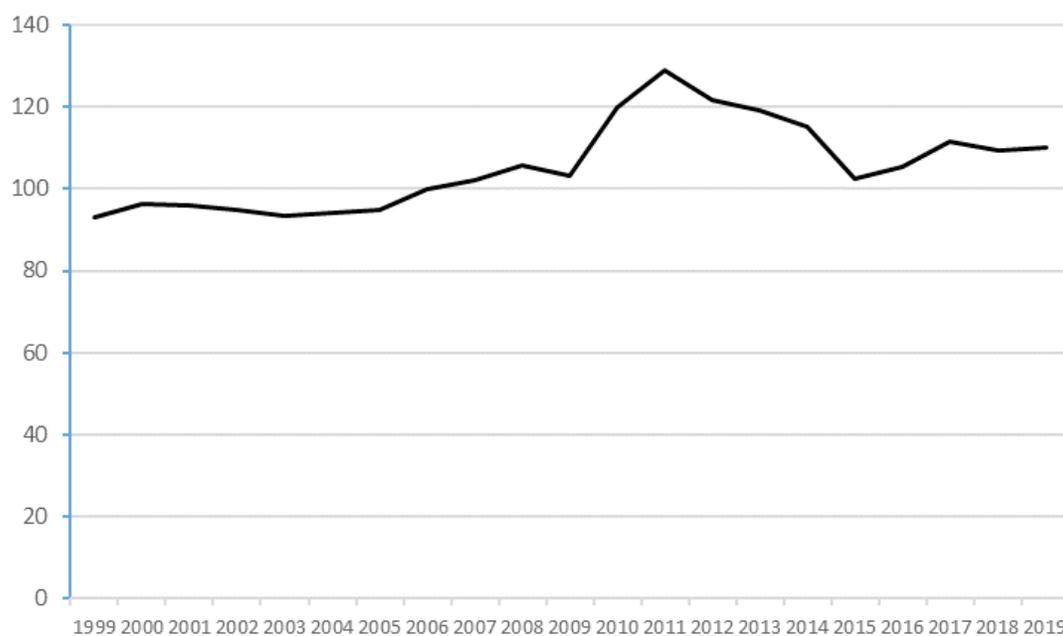
atualmente o problema reside na capacidade de várias cadeias de produção de darem conta da oferta de muitos produtos e insumos para os processos produtivos – especialmente as vacinas contra a COVID-19. A tendência é de uma reversão da globalização à medida que os países percebem o quanto ficam vulneráveis com a realocação de parte de sua produção. É o caso especialmente do Japão, que está tomando medidas para recuperar parte de sua produção que se instalou no sudeste asiático. Os Estados Unidos já vinham adotando uma política de incentivos ao retorno de suas empresas do exterior, fato que dificilmente será modificado pela nova administração federal americana. Aqui no Brasil, além da questão da dificuldade física de se conseguir insumos, há a questão vital da obtenção de produtos para uso final na área de segurança hospitalar.

Gráfico 1 - Reservas internacionais, Mensal, US\$ Milhões, Mar/2000-Jan/2021



Fonte: Bacen.

Gráfico 2 - Termos de Troca - Índice Anual (Média 2006 = 100), 2000-2019



Fonte: Ipeadata.

A oscilação e a depreciação da taxa de câmbio são relativamente aspectos negativos na análise do setor externo. A apreciação anterior da taxa de câmbio fez a felicidade de importadores e viajantes ao exterior no ciclo passado recente. Efetivamente, o dólar americano, a moeda mais usada para transações com o exterior, tornou-se mais volátil e caro. Porém, dada a crise sanitária espalhada pelo mundo, tanto a demanda por viagens ao exterior como todos os serviços associados a hospedagem e alimentação sofreram enorme impacto, uma crise generalizada, que está sendo minimizada nos países ricos por políticas de suporte financeiro que por enquanto deixaram de lado as preocupações

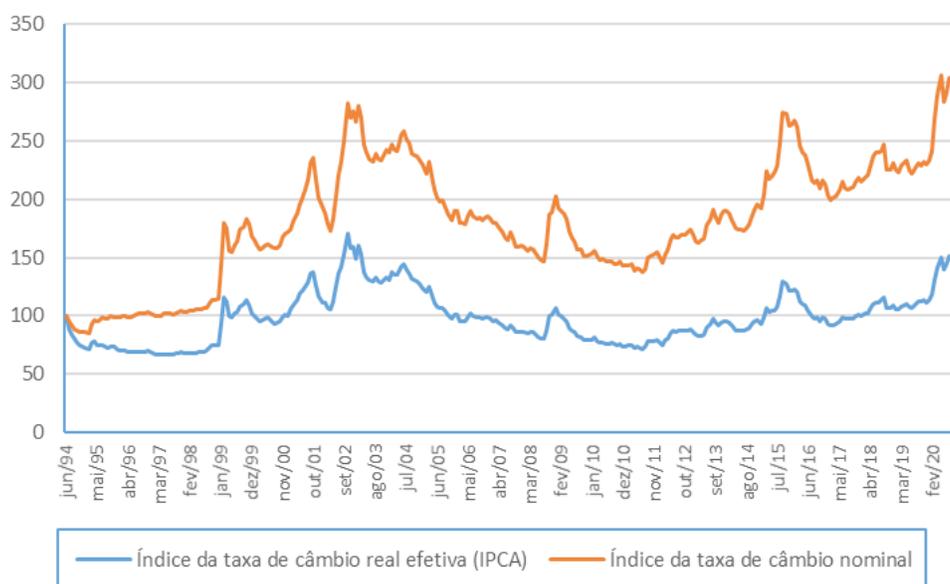
com a sustentabilidade da dívida e optaram por levar a cabo uma gigantesca política contra a recessão e o empobrecimento da população.

No caso da taxa de câmbio, o Gráfico 3 apresenta a comparação da evolução do índice de Taxa de Câmbio Nominal com o índice de Taxa de Câmbio Real, com a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) para a correção dos valores nominais em relação à inflação. Houve de fato uma depreciação do índice nominal de 27% no ano de 2020. Em termos reais, a depreciação foi de 26%.

A crise sanitária internacional reduziu drasticamente a movimentação de pessoas pelo mundo,

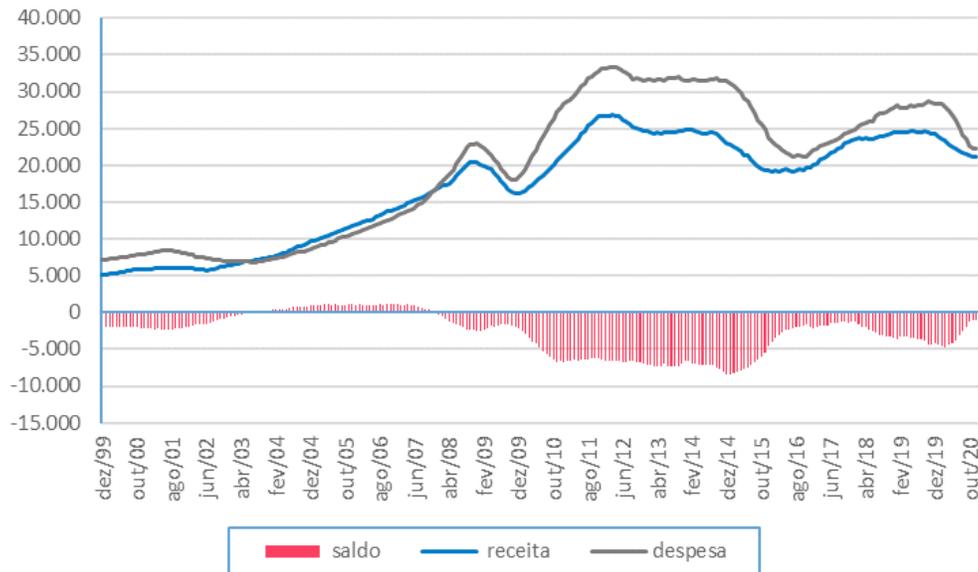
trouxe forte redução de gastos com o exterior e queda de atividade doméstica. Com isso, o Déficit de Transações Correntes foi sendo reduzido (ver Gráfico 4). Tomando-se o comércio exterior apenas de mercadorias – sem considerar os serviços – o Brasil, de modo geral, tem sido um exportador líquido, pois exporta mais do que importa. Pelo Gráfico 5, pode-se ver que desde dezembro de 1999 as exportações superaram as importações, exceto no período entre meados de 2013 e meados de 2015, quando ocorreu o contrário. Entre 2012 e 2016, houve declínio das exportações, o que foi parte do problema da economia brasileira de meados dessa segunda década do século XXI.

Gráfico 3 - Índice de Taxa de Câmbio, Jun/1994-Dez/2020, Junho de 1994=100



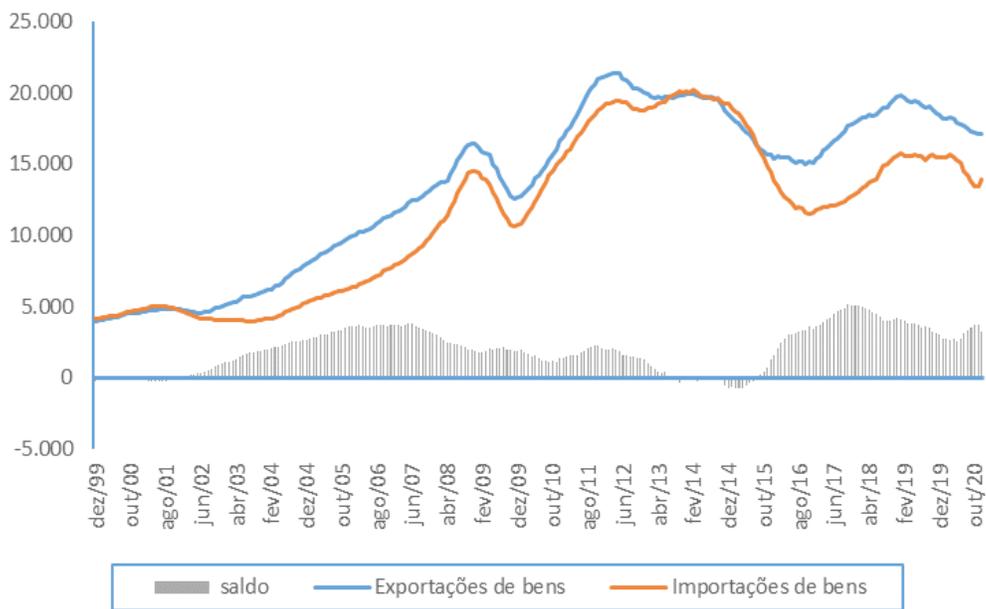
Fonte: Bacen.

Gráfico 4 - Transações Correntes, Receitas, Despesas e Saldo, Dez/1999-Dez/2020, US\$ Milhões, Média Móvel 12 Meses



Fonte: Bacen.

Gráfico 5 - Exportações e Importações de Mercadorias, Média Móvel De 12 Meses, Dez/1999-Dez/2020, US\$ Milhões



Fonte: Bacen.

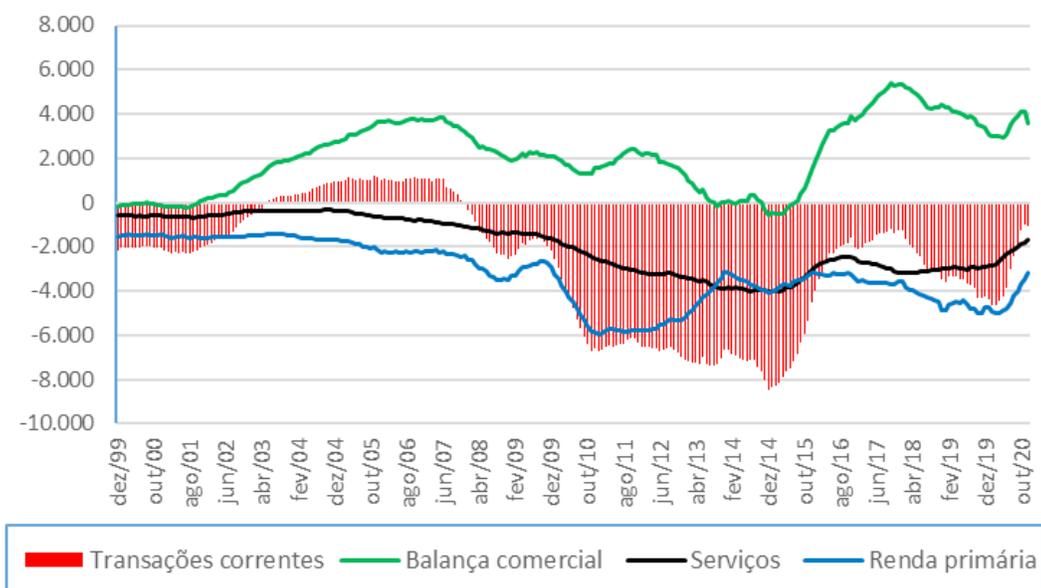
Se em geral o Brasil apresenta um saldo positivo na Balança Comercial de Bens, quando se incluem os serviços e a chamada Renda Primária, anteriormente chamada de Serviços de Fatores de Produção, isto é, despesas com pagamentos de salários, juros e lucros, há uma forte inversão dos resultados. O Gráfico 6 permite a visualização desta questão ao apresentar os resultados dos principais itens de Transações Correntes, valores mensais, média móvel de 12 meses, entre dezembro de 1999 e dezembro de 2020. A tendência é de o Brasil ter um resultado em Transações Correntes negativo, o que implica que a economia gasta mais

do que vende com não residentes, de modo que acaba sendo financiada por recursos externos, o que é o usual entre países de menor renda.

O Gráfico 6 permite ver como o saldo com o exterior da Balança Comercial apenas em mercadorias tem predominância de saldo positivo (linha verde) e que os Serviços têm apresentado crescimento no seu déficit a partir do início do século, revertido apenas em 2020, um ano atípico devido à pandemia. Segundo o Gráfico 6, o comportamento da Renda Primária (linha azul) também vai no sentido de aumento do déficit a partir dos anos 2000, com uma reversão em 2020, fruto

do encolhimento generalizado de atividades nesse ano em que a pandemia explodiu. O grande aumento de pagamentos ao exterior entre 2009 e 2010 nessa conta ocorreu em função da crise financeira de 2009, quando muitas empresas multinacionais enviaram remessas para suas matrizes para cobrir os prejuízos enfrentados por elas nesse período caótico em seus países de origem. E a principal forma de envio de recursos ao exterior foi através de rendimento de Investimento Direto, conforme pode ser visto no Gráfico 7, que destaca o déficit por Investimento Direto e de Investimento em Carteira, este último muito mais estável.

Gráfico 6 - Principais Contas de Transações Correntes: Balança Comercial, Serviços e Renda Primária, US\$ Milhões, Média Móvel De 12 Meses, Dez/1999-Dez/2020



Fonte: Bacen.

Gráfico 7 - Principais Despesas de Renda Primária, Dez/1999-Dez/2020, US\$ Milhões, Valores Mensais, Média Móvel De 12 Meses

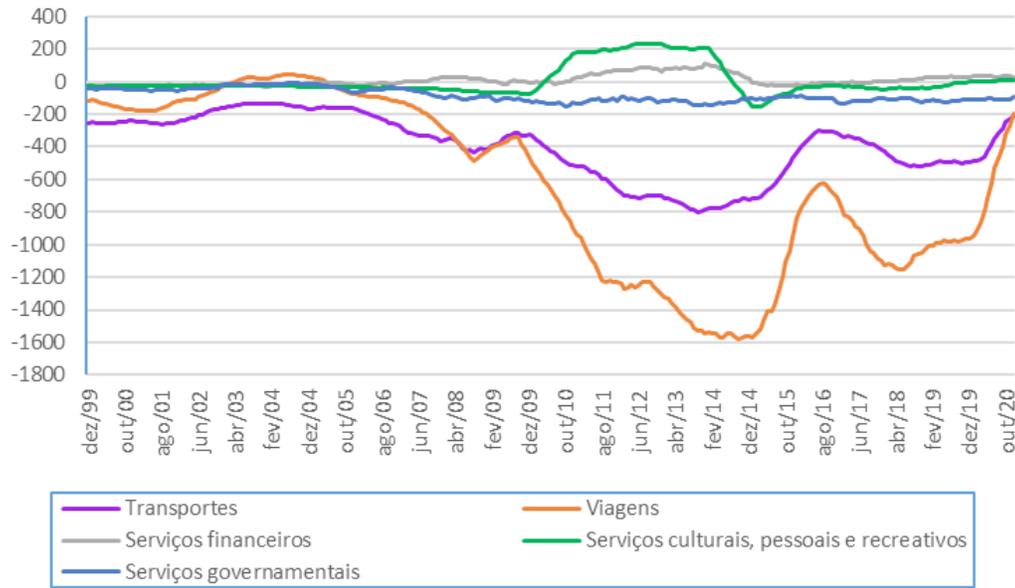


Fonte: Bacen.

Em relação às despesas com Serviços não fatores de produção, destaca-se a ampliação do déficit com Viagens e Transportes a partir de meados de 2007, com forte queda em 2020. Essa dramática redução em despesas relacionadas a viagens internacionais ainda deve acontecer durante os próximos meses, senão anos, até que boa parte da população esteja vacinada contra a Covid-19 e que sejam disponibilizados medicamentos eficazes para o seu tratamento.

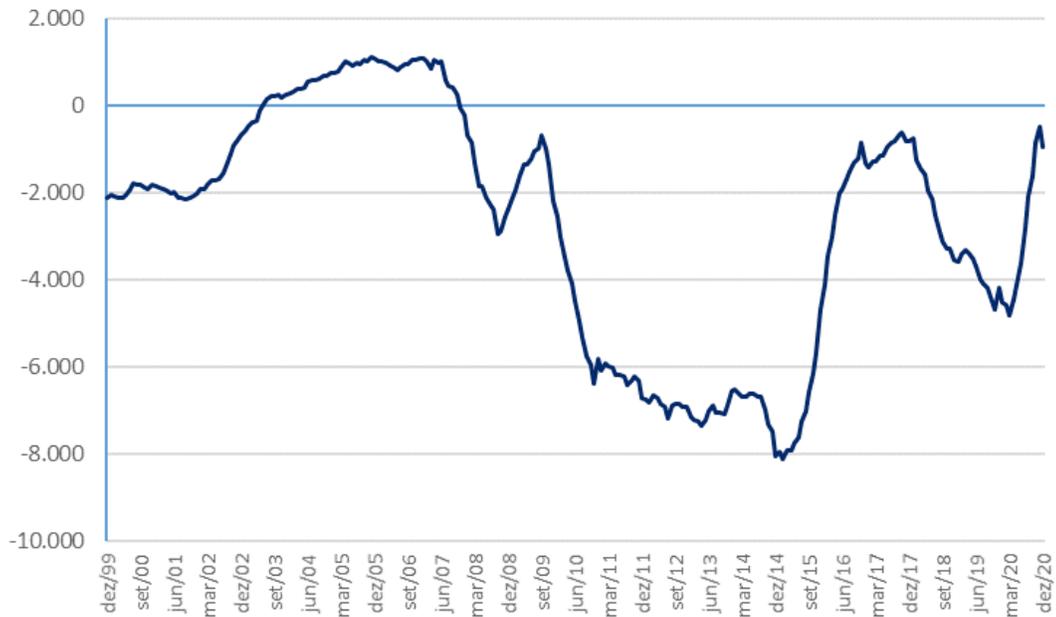
Finalmente, o Gráfico 9 apresenta a evolução da Conta Financeira entre dezembro de 1999 e dezembro de 2020, ressaltando-se que os valores significam entradas líquidas no país, sendo negativas pois se trata de um aumento do passivo da economia brasileira com o exterior. Ou seja, apesar de ser possível fechar as contas negativas de Transações Correntes com poupança externa, a economia brasileira fica devendo para o resto do mundo. Essa dívida um dia será paga seja por pagamentos de investimentos em carteira ou classificados em investimento direto.

Gráfico 8 - Principais Despesas de Serviços, Média Móvel De 12 Meses, Dez/1999-Dez/2020, US\$ Milhões



Fonte: Bacen.

Gráfico 9 - Conta Financeira, US\$ Milhões, Média Móvel Mensal de 12 Meses, Dez/1999-Dez/2020



Fonte: Bacen.

(*) Economista e doutora em Economia pela FEA-USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

temas de economia aplicada



Precedentes do Debate sobre a Criação de um Banco de Fomento na América Latina: das Conferências Internacionais Americanas

JOSÉ ALEX REGO SOARES (*)

1 Introdução

Desde o final do século XIX, já amadurecia, junto aos países da América Latina, a necessidade de uma instituição de fomento regional capaz de responder aos limites do desenvolvimento e superar os obstáculos da integração regional.

Frente a uma avaliação bem mais ampla, construída a partir da necessidade da integração regional e do desenvolvimento, Griffith-Jones (1984) constatava a falta de uma instituição financeira ou um conjunto de instituições capaz de dar suporte ao financiamento regional, patrocinar a integração regional e blindar minimamente a região frente aos ciclos externos.

A ponderação é de cunho institucional, que, de certa forma, acaba maquiando problemas inerentes ao próprio desenvolvimento da região e a sua dinâmica de integração ao capitalismo internacional.

Tem-se, assim, uma análise que gera a leitura de que a constituição de um organismo ou uma agência de fomento poderia, na sua condição elementar, equacionar as condições do perfil do desenvolvimento da América Latina enquanto periferia.

Essa tese foi altamente presente em vários círculos diplomáticos e de intelectuais. Desta forma, ainda no final do século XIX foi detectada, por parte dos governos da re-

gião, a necessidade de estabelecer uma instituição bancária regional como resposta justamente aos entraves do desenvolvimento. E isso se deu numa perspectiva de que a garantia de fluxos contínuos de capital resolveria o problema de acumulação de capital na região, sem alterar o enfoque analítico.¹

Logo, propomos resgatar as diversas iniciativas anteriores à própria criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no intuito de jogar luz sobre o debate que precedeu a sua criação e construção de propostas no interior dos organismos regionais e seus limites frente ao financiamento do desenvolvimento.

2 As Conferências Internacionais Americanas

A proposta de constituição de uma instituição de fomento para alavancar o desenvolvimento regional surge logo de imediato durante a I Conferência Internacional Americana (1889-1890).²

A proposta de criação de uma agência de fomento de caráter privado teria como principal função ser um facilitador comercial entre os países que fossem associados da União Pan-Americana, com a constituição de “agências” em vários países (HERRERA, 1977; 1985). Sentenciava um debate germinal, bem mais instintivo do que propriamente uma elaboração teórica nos planos políticos, econômico e ideológico.

Já na Terceira Conferência, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1906, observamos um amadurecimento das propostas; assim, podemos verificar, no item VII, a ambição dos participantes, e não restam dúvidas em relação aos objetivos a serem alcançados pelos países latino-americanos (BROIDE, 1972; SOARES, 2016).

Mais do que a constituição de um banco de fomento, ficam explícitas as funções de um banco central continental, regulador do crédito e da moeda: solidificar um mercado de capitais regional e a criação de uma moeda regional e seu fortalecimento: “*serán sometidos*

a la Séptima Conferencia Internacional Americana, para la adopción definitiva de la moneda común.”

³ (Conferencias Internacionales Americanas 1889-1936: http://biblio2.colmex.mx/coinam/coinam_1889_1936/base2.htm Biblioteca Digital Daniel Cosío Villegas, p. 407, 28/09/2019).

A moeda comum foi uma resolução aprovada na Sexta Conferência Internacional Americana, na cidade de Havana, em Cuba, entre os dias 16 de janeiro e 20 de fevereiro de 1928 – um projeto de elaboração da União dos Estados Americanos com as respectivas observações.

No período de 1931 e 1939, houve uma nova perspectiva de construção de um banco regional. Nesse momento, vai se formatando um pensamento muito mais consistente e sólido enquanto argumento. A ideia de um banco semelhante a um banco central ganha um desenho mais elaborado.

Em 1933, na VII Conferência Internacional Americana, ocorrida em Montevideú, no Uruguai, acabou por se aprovar a constituição de um tipo de organismo de cooperação econômica, com base numa ação de fomentar o crédito interamericano e o intercâmbio de capitais (HERRERA, 1977).

Em 1939, a Reunião de Chanceleres no Panamá retoma as conversas sobre a criação de um organismo internacional regional, com as ca-

racterísticas de um banco central continental.

O conjunto de países americanos, frente aos desafios de uma guerra que se vislumbrava no horizonte, buscou acelerar os trâmites para a criação de um banco interamericano. De 23 de setembro a 3 de outubro daquele ano, na sua primeira reunião – realizada na cidade do Panamá –, foi aprovada uma resolução para a criação de um Comitê Consultivo e Financeiro Interamericano, formado por 21 *experts* nomeados pelos países americanos.

A principal tarefa era estudar a necessidade de criação de uma instituição interamericana que fosse capaz de assegurar a cooperação financeira permanente das tesourarias dos Bancos Centrais dos países americanos e de outras instituições afins, orientando, deste modo, como se deveriam alicerçar os organismos e seus temas a serem abordados (BROIDE, 1972).⁴

Ou seja, estabelecia-se uma ação mais ousada, que garantiu uma série de acúmulos e novos desafios para a criação de uma instituição de financiamentos da região, como bem destaca Herrera:

Na I Reunião de Chanceleres da América, realizada no Panamá em setembro de 1939, propôs-se a criação de um Instituto Comercial Interamericano, redigindo-se inclusive, para esse efeito, um projeto de convênio que visava à cooperação

financeira permanente das tesourarias, dos bancos centrais e de outras instituições análogas das repúblicas americanas. (HERRERA, 1977, p. 77)

Em 1940, a Comissão Consultiva Econômica e Financeira Interamericana encomendou aos países membros da União Pan-Americana a constituição de um banco de desenvolvimento que teria a função de atuar como um banco central, um banco comercial, de investimentos, e uma instituição de pesquisas técnicas e econômicas (BROIDE, 1972; HERRERA, 1966; 1977; DELL, 1972).

3 O Primeiro Desenho de uma Instituição de Fomento

A iniciativa de 1940 é uma proposta altamente ousada e, ao mesmo tempo, construiu uma série de pilares para a criação, no futuro, de um banco de desenvolvimento. Até então, muito do que se propunha ainda carecia de efetiva viabilidade, demonstrando, também, a grande dificuldade de se realizar um objetivo como esse, como se pode ver até hoje – como é o caso da criação de um banco central que precederia uma união monetária regional.

O projeto de banco interamericano desenhado naquele momento visava um modelo de sociedade anônima. O banco duraria vinte anos e poderia se prorrogar por mais

vinte, segundo os imperativos dos países-membros.

A formatação do Banco estava relativamente bem desenhada, ainda que a conjuntura pudesse não ser totalmente favorável àquela proposta, como podemos verificar logo a seguir.

No desenho do capital e em sua respectiva integração, seus autores propunham que eles fossem os mais abrangentes possíveis, a fim de que todos os países da região pudessem contribuir. Tal contribuição deveria ocorrer a partir de um montante que não viesse a se constituir numa disparidade de condições no quesito quotas e no peso nas deliberações e que, com isso, limitasse a participação dos países de menor envergadura econômica.

Por conseguinte, os países com graves problemas econômicos e sociais teriam condições menos vulneráveis na formação das quotas, não gerando um peso relativo bem inferior aos demais países de portes médio e grande.

Fica evidente, na proposta, a preocupação de não criar uma sobrecarga nos países mais bem posicionados economicamente e, ao mesmo tempo, os seus objetivos formavam uma clareza de propósitos bem amplos, porém seguros de cada uma de suas tarefas.

Quanto a capital e integração, o capital subscrito inicialmente seria

de US\$ 100 milhões, divididos em oito grupos. O aporte menor seria de US\$ 25 milhões, em cinco parcelas. O grupo A seria composto por Costa Rica, Equador, El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua e Paraguai (BROIDE, 1972; SOARES, 2016).

A subscrição mais alta seria do grupo H, com mais de US\$ 500 milhões: Argentina, Brasil e Estados Unidos, divididos em cinquenta partes. Estes países depositariam 50% da emissão a ser paga no momento da subscrição (BROIDE, 1972; SOARES, 2016).

O restante dos pagamentos seria fixado em datas determinadas pela Junta Diretiva do banco, exceto os países que integram menos de quinze partes e que corresponderiam inicialmente a 25% no momento da subscrição, pagando os outros 25% dentro dos doze meses seguintes, não podendo, assim, requerer mais de 25% do valor da emissão durante qualquer período de doze meses (BROIDE, 1972; SOARES, 2016):

- a) A administração do Banco estaria a cargo da Junta Diretiva que elegeria o presidente;
- b) Sobre as reservas e os empréstimos: a Junta Diretiva, no prazo de um ano da data de sua primeira reunião, deveria estabelecer as normas para as reservas;

c) Finalidade e faculdades do banco: o banco desempenharia as funções de: um banco central, com a intenção de ajudar na estabilização das moedas; estimular e manter as reservas adequadas, facilitando o equilíbrio monetário; atuar como centro de liquidação, facilitador de transferências, pagamentos internacionais, como banco comercial e banco de investimentos; e aumentar o comércio internacional.

Deveria promover, ainda, o desenvolvimento da indústria, dos serviços públicos, da mineração, da agricultura, do comércio e das finanças, além da pesquisa em tecnologia, agricultura e indústria. Teria, além disso, a função de conceder empréstimos e créditos de curto, médio e longo prazo, em qualquer moeda (BROIDE, 1972; SOARES, 2016).

A amplitude das ações do banco – que seria o seu principal objetivo e diferencial – foi justamente o seu grande empecilho frente ao Congresso dos Estados Unidos, que barrou essa iniciativa com a argumentação de interferência contígua da banca privada, em especial na parte de concessão de crédito, abrindo concorrência direta com os bancos privados, em especial os bancos dos Estados Unidos – que aturam fortemente nessa direção junto ao Senado.⁵

O então subsecretário de Estado, Adolf A. Berle, declarou junto ao Senado dos Estados Unidos – em um discurso que visou, antes de qualquer coisa, tranquilizar a banca estadunidense a respeito do controle cambial e acalmar a banca no que diz respeito ao controle das divisas em dólares – que não haveria uma descapitalização dos bancos em decorrência de uma fuga de capitais dos depósitos no centro financeiro dos Estados Unidos (Nova York – *Wall Street*), e que não repercutiria em qualquer crise decorrente dessa condição de créditos fáceis:

Una parte considerable de los ahorros de América Latina va a los EE.UU y se mantiene allí en depósito en varias instituciones y no hay forma que un país latinoamericano obtenga el retorno de sus propios país, salvo que vaya al mercado de Nueva York no otro mercado monetario. Desde luego, una de las razones que esto ocurra es el temor de la fluctuación de su propio cambio exterior y la mayor confianza en el dólar norteamericano por lo tanto, si fuera posible tener una institución que preservara la estabilidad de cambio, que nosotros tenemos aquí sería entonces posible tener un instrumento por medio del cual los ahorros de América Latina podrían dedicarse a proyectos latinoamericanos, con los que se retiraría una parte de la presión existente sobre las finanzas y hacer un proceso más

sano. (Berle, 1939 *apud* BROIDE, 1972, p. 14)

Frente à Segunda Guerra e ao Congresso dos EUA, o debate de criação de uma instituição de fomento para a América Latina fica adiado, enquanto o mundo enfrenta as consequências não apenas de um conflito mundial, mas da falta de um padrão institucional monetário internacional.

4 Conclusão

A criação do BID é resultado de longo processo histórico de disputas econômicas e políticas dos países da região com a principal potência econômica mundial, no interior dos vários fóruns internacionais.

Nos arcabouços iniciais de formação de uma instituição de grande porte na América Latina, havia ações a serem desenvolvidas nos itens moeda e câmbio, além de uma estratégia de desenvolvimento, como se propôs em 1939, e, até mesmo, no encontro de Quitandinha, em 1954.

A criação de uma de instituição não significa em si própria a consolidação de estruturas de financiamento do desenvolvimento independentes e autônomas; elas refletem a própria limitação do modelo econômico e social da região e uma ilusão de que basta constituir instituições

de fomento para impulsionar o desenvolvimento regional.

Referências

BROIDE, J. **Banco interamericano de desarrollo**: sus antecedentes y creación. Washington. Centro cultural del BID, 1972.

CONFERENCIAS INTERNACIONALES de 1889-1936. http://biblio2.colmex.mx/coinam/coinam_1889_1936/base2.htm. Conferencias Internacionales Americanas 1889-1936. Biblioteca Digital Daniel Cosío Villegas, p 400-521. (28/09/2019).

CONVENIO ECONOMICO DE BOGOTA LOS ESTADOS AMERICANOS REPRESENTADOS EN LA NOVENA CONFERENCIA INTERNACIONAL AMERICANA. Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_texto_cronologico_lista.asp#1940.

DELL, S. **The Inter-American Development Bank**: a study in development financing. The Praeger Publishers: New York, NY. U.S.A., 1972.

GRIFFITH-JONES, S. **International finance and Latin America**. Gran Bretaña: St Martins Press, 1984.

HERRERA, F. **América Latina**: experiências e desafios. Instituto de Documentação. FGV. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1977.

_____. O Banco interamericano de desenvolvimento e a integração econômica da América Latina. In: WIONCZEK, M.S. (Org). **A integração econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, S.A., 1966.

_____. *25 años del Banco Interamericano de Desarrollo*. Naciones Unidas. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile. **Revista de la Cepal**. Santiago de Chile, n. 27, p. 151-160, diciembre 1985.

SOARES, J. A. R. **O processo histórico da construção de uma instituição de fomento para a América Latina**: a economia política do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências Integração da América latina. São Paulo, 2016.

1 Com a criação da CEPAL, ocorre uma oxigenação da interpretação do desenvolvimento da região, com uma análise bem mais consistente a respeito da realidade econômica e social.

2 Essa primeira conferência foi convocada pelos Estados Unidos e realizada na cidade de Washington, com a intenção de estreitar seus laços comerciais com o restante do continente americano e imprimir sua política para colocar um ponto final no domínio colonial.

3 Conferencias Internacionales Americanas 1889-1936. Biblioteca Digital Daniel Cosío Villegas. Disponível em: http://biblio2.colmex.mx/coinam/coinam_1889_1936/base2.htm. p. 407. Acesso em: 28 set. 2019.

4 O projeto de lei orgânica e estatutos não seriam ratificados pelo Congresso dos Estados Unidos, apesar das tratativas com o governo Roosevelt e da sua sinalização de apoio.

5 Assim, Dell destaca que um dos empecilhos é em função do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra: “Our congress took no action the matter. Once the United States became involved in World War II, it was, of course, difficult to obtain serious consideration of a question of this sort” (DELL, 1972, p. 04).

(* *Doutor pelo Programa de Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e Pós-Doutorando pela Faculdade de Economia e Administração pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). (E-mail: jalex.economia43@gmail.com).*

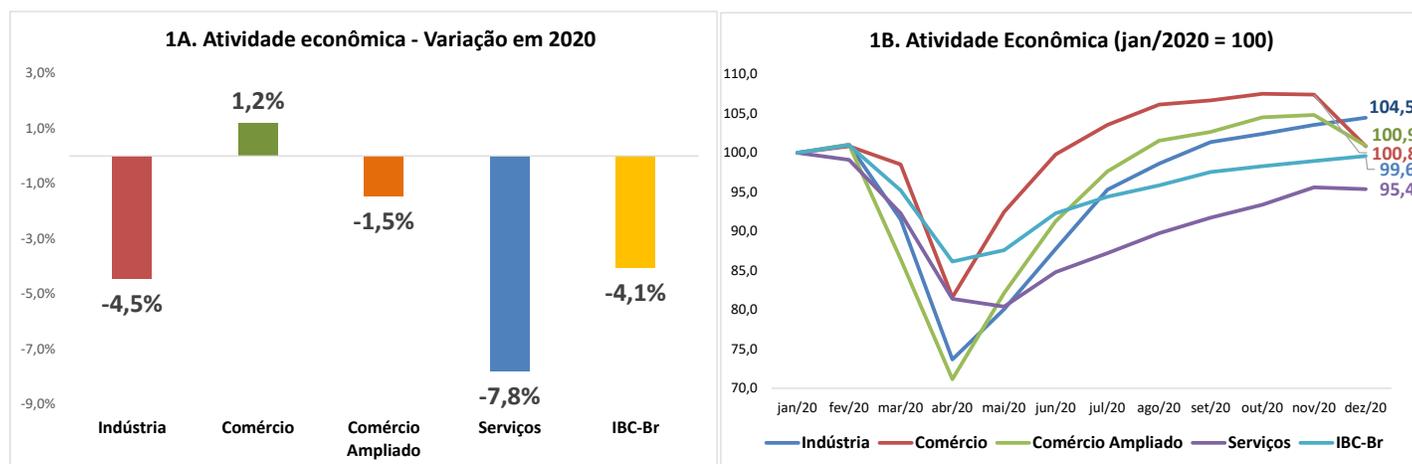
A Atividade Econômica em 2020

GUILHERME TINOCO (*)

No início deste mês, foram divulgados os principais indicadores de atividade econômica fechados para o ano de 2020. Ainda que estejamos no aguardo do número definitivo do PIB, a ser divulgado no dia 3 de março pelo IBGE, as principais pesquisas conjunturais já nos permitem entender como se comportou a economia brasileira no ano passado. Esse, portanto, é o objetivo deste artigo. Para essa análise, utilizaremos os dados de indústria, comércio e serviços, além do indicador agregado de atividade do Banco Central, o IBC-Br.¹

O primeiro ponto a notar é que, como esperado, foi um ano de queda forte na atividade, especialmente na produção de bens e serviços. A pandemia do coronavírus fez com que a economia mundial sofresse forte retração e, no Brasil, as coisas não foram diferentes. O Gráfico 1.A mostra as variações em 2020, em relação a 2019, da produção industrial, do comércio restrito, do comércio ampliado, dos serviços e da atividade econômica agregada.

Gráfico 1 – Atividade Econômica em 2020



Fonte: IBGE e BCB.

Como pode ser visto, apenas o comércio restrito ficou no terreno positivo, com alta de 1,2% no ano. A produção da indústria recuou 4,5%, o comércio ampliado (que inclui veículos e materiais de construção) reduziu 1,5%, os serviços diminuíram 7,8% e a atividade agregada recuou 4,1%. Vale lembrar que este último tem uma forte relação com o PIB, que deve recuar cerca

de 4,3%, segundo as estimativas de mercado mais recentes.

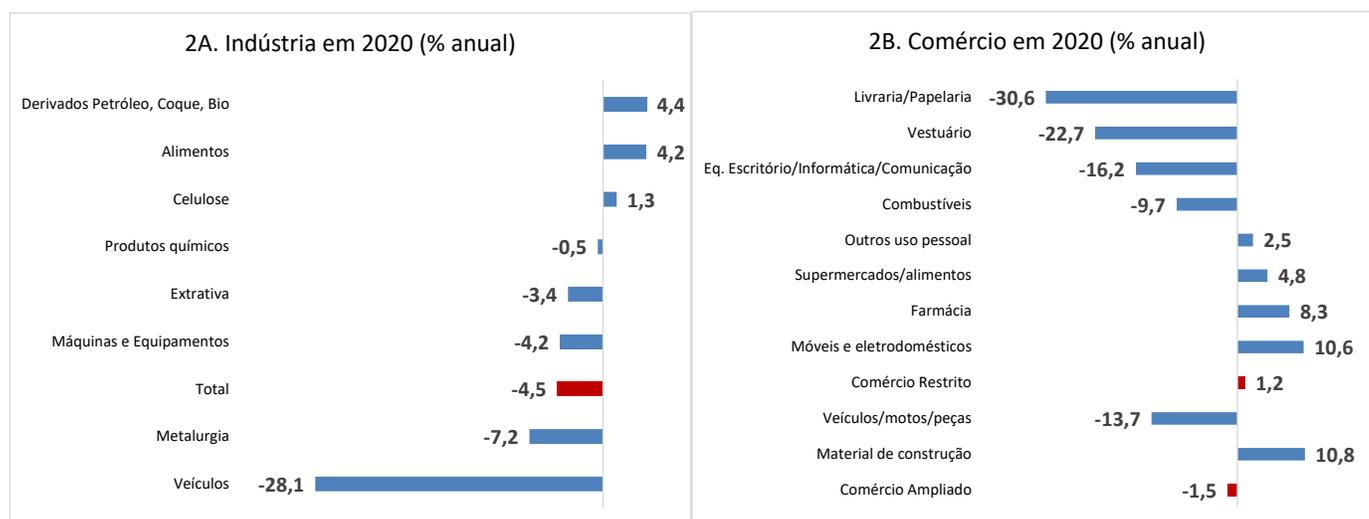
O segundo ponto a notar é que, apesar das quedas fortes no ano, a recuperação foi relativamente rápida após o forte choque de março/abril. Como mostrado pelo Gráfico 1.B, todos os indicadores se recuperaram

ao longo do ano: o comércio e a indústria com maior força (apesar da queda forte do comércio em dezembro) e os serviços com menor força. O indicador de atividade agregada, do Banco Central, praticamente voltou, em dezembro, para o nível de janeiro, antes da pandemia.

A próxima questão é entender como se comportou cada segmento dentro de cada um desses setores. Com as particularidades desta crise, é possível observar profundas diferenças quando se olham os dados desagregados.

Na indústria, por exemplo, apenas 6 dos 26 segmentos apresentaram crescimento da produção, dentre eles alimentos e derivados de petróleo. No Gráfico 2.A, pode-se verificar o desempenho dos setores de maior peso na pesquisa do IBGE. Chama atenção não só um predomínio de valores negativos como uma fortíssima queda em veículos, com redução da produção de 28,1% ao longo do ano. Somente esse setor respondeu por 2,6 pontos percentuais da queda de 4,5% da indústria no ano e isso sem considerar seus efeitos em outros setores.

Gráfico 2 – Indústria e Comércio em 2020 (% Anual)



Fonte: IBGE.

No comércio, o comportamento foi diferente. Dos 10 setores cobertos pela pesquisa, 5 tiveram alta nas vendas em relação a 2019, como mostra o Gráfico 2.B. Em vez de um predomínio de valores negativos, portanto, vários setores apresentaram valores positivos. Na alta, os destaques foram materiais de construção e móveis e eletrodomésticos, ambos com crescimento de dois dígitos. O segmento de supermercados também cresceu 4,8%, o que também foi bastante expressivo

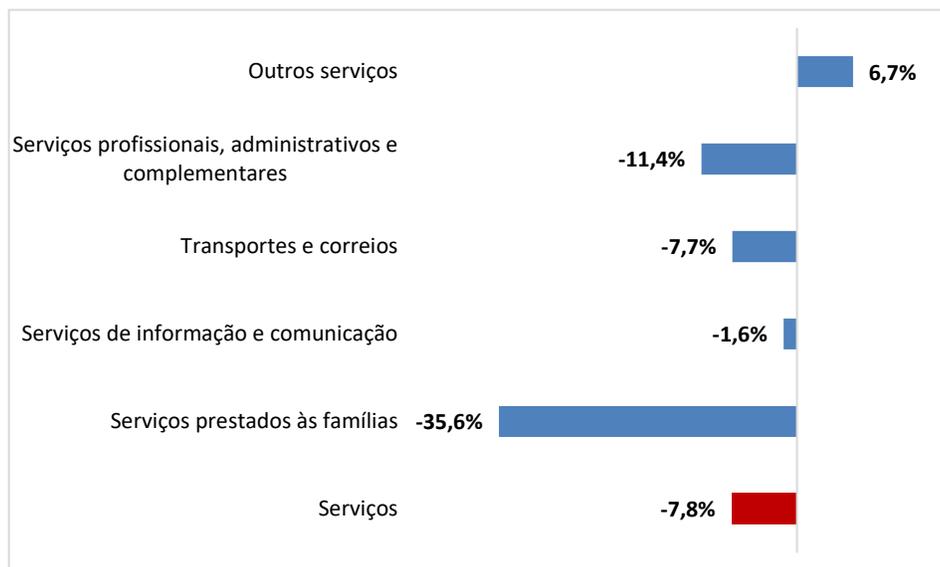
por seu peso no total. Já pelo lado negativo, observam-se quedas fortes em livrarias e papelarias e vestuário, além de veículos, setor com peso alto e que foi o responsável por colocar o “comércio ampliado” no campo negativo.

Já em serviços, observou-se a maior queda, de 7,8% no ano.² Como mostra o Gráfico 3, dos 5 subsetores da pesquisa, 4 caíram, destacando-se os serviços

prestados às famílias, com recuo bastante expressivo de 35,6%, puxado sobretudo pela subcategoria de serviços de alojamento e alimentação. Vale também notar que o índice de atividades turísticas, divulgado

sempre em conjunto com a PMS, caiu 36,7% no ano, refletindo o desempenho de setores como restaurantes, hotelaria, transporte aéreo, rodoviário, excursões e outros.

Gráfico 3 – Serviços em 2020 (% Anual)



Fonte: IBGE.

De maneira geral, apesar da intensa queda anual para a maioria dos setores, a recuperação também foi forte ao longo do ano como já vimos anteriormente no Gráfico 1.B. Vários fatores podem explicar esse movimento: fortes estímulos monetários e fiscais, sobretudo o auxílio emergencial, e a própria acomodação da pandemia ao longo do segundo semestre, com redução de casos e mortes. No caso dos estímulos fiscais, vale lembrar que somente o gasto primário do governo federal para enfrentamento da pandemia somou R\$ 521 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional. Foi por essas razões, portanto, que o PIB acabou caindo menos: para se ter uma ideia, as estimativas do Boletim Focus chegaram a projetar queda de 6,6% do PIB em 2020 em meados do ano passado, significativa-

mente pior do que o número final do IBC-Br, de -4,1%, e do número de PIB a ser divulgado no início de março.

Ao mesmo tempo que a recuperação foi bastante positiva, contudo, há também que se chamar atenção para a desaceleração no seu ritmo. A Tabela 1 traz as variações mensais e trimestrais para cada uma das pesquisas aqui analisadas. Embora a desaceleração seja um fenômeno de todas elas, e chamando atenção para a forte queda do comércio em dezembro, vamos nos concentrar aqui no indicador agregado do IBC-Br. Podemos ver a desaceleração tanto em termos mensais como em termos trimestrais: depois da queda de 10,2% no 2T/20 e da alta de 8,2% no 3T/20, a taxa de crescimento se reduziu para 3,1% no 4T/20, o que é ainda uma taxa significativa, mas que dificilmente vai se manter.

Tabela 1 – Variações Mensais e Trimestrais dos Indicadores de Atividade

	Mês (*)				Trimestre (*)			
	set/20	out/20	nov/20	dez/20	2T/20	3T/20	4T/20	1T/21 (*)
Indústria	2,8%	1,0%	1,1%	0,9%	-17,5%	22,3%	5,1%	1,0%
Comércio	0,5%	0,8%	-0,1%	-6,1%	-8,5%	15,5%	-0,2%	-4,2%
Comércio Ampliado	1,1%	1,8%	0,3%	-3,7%	-14,9%	23,4%	2,8%	-2,4%
Serviços	2,2%	1,8%	2,4%	-0,2%	-15,4%	9,0%	5,8%	0,6%
IBC-Br	1,8%	0,8%	0,7%	0,6%	-10,2%	8,2%	3,1%	0,7%
PIB	-	-	-	-	-9,6%	7,7%		

(*) dados de margem. (**) Carry-over com base em dezembro

Fonte: IBGE e BCB.

Para ver isso, podemos estimar o carregamento estatístico dos setores econômicos e do indicador de atividade para o primeiro trimestre do ano com base nos dados de dezembro. No caso do IBC-Br, obtemos apenas 0,7%. Nos dados do comércio, as taxas são negativas e nos Serviços e Indústria o número não passa de 1%.

Em todo caso, o exercício do carregamento estatístico provavelmente estará superestimando os valores a serem observados, pois será difícil evitar uma queda nos níveis de produção e do varejo de dezembro. Ao mesmo tempo que os estímulos fiscais estão sendo retirados, houve uma segunda onda da pandemia nesse início de 2021 que afetará os índices de mobilidade e de atividade. Até o momento, os sinais do mercado de trabalho não indicam uma recuperação acelerada, de maneira que a recuperação do emprego e da renda do trabalho

ainda será insuficiente para compensar o fim do auxílio emergencial. Além disso, a vacinação ainda demorará um tempo para que comece a fazer efeito na atividade.

Desta maneira, podemos resumir da seguinte forma. Em 2020, um choque fortíssimo na economia no segundo trimestre, mas com uma recuperação forte, bastante dependente dos estímulos econômicos e que ocorreu obedecendo às restrições da pandemia (com as pessoas, por exemplo, direcionando a renda para o consumo de bens em vez de serviços, focando em obras residenciais, compra de móveis e eletrodomésticos etc.). Já para 2021, com o fim dos estímulos e alta de juros no radar, a recuperação deve sofrer um baque, que deverá ser maior caso o processo de vacinação seja lento e errático. Há algumas variáveis que podem ter um papel importante, como, pelo lado positivo, o aumento na

poupança das famílias ocorrido em 2020, ou, pelo lado negativo, uma antecipação de consumo de determinados bens duráveis, mas tais pontos precisam ser mais bem aprofundados. Em todo caso, o que parece é que teremos, de fato, um longo ano de reconstrução e com muitas dificuldades no radar.

1 Os dados utilizados se referem à Pesquisa Industrial Mensal (IBGE), à Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE) e à Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE), além do indicador de atividade do Banco Central, o IBC-Br.

2 Importante dizer que as atividades cobertas pela PMS abrangem apenas cerca de 30% do valor adicionado dos serviços no PIB, como mostra Box sobre o tema no Relatório Trimestral de Inflação do BCB de março de 2017.

(*) Mestre em Economia pela FEA/USP.
(E-mail: gtinoco2002@hotmail.com).

Regulação Financeira e ESG: Uma Breve Discussão do Panorama Brasileiro

GABRIEL BRASIL (*)

Nos últimos dois anos, têm se tornado frequentes as manifestações por parte de grandes investidores exaltando a importância da implementação de padrões ESG no mercado financeiro. Trata-se de vocabulário recorrente entre titãs como Ray Dalio e Larry Fink – dois dos maiores gestores do planeta, responsáveis, respectivamente, pelos fundos americanos Bridgewater e Blackrock. Por exemplo, na sua última *Carta Anual aos CEOs*, Fink ressaltou – de forma direta e contundente – sua tese de que “risco climático é risco de investimento”.¹ A postura ilustra um alinhamento (ainda que incipiente) entre o mercado financeiro, a academia (em particular, no âmbito das discussões acerca das mudanças climáticas) e um maior escrutínio da sociedade na esteira do seu empoderamento via redes sociais (em particular, no contexto de temas sociais e de governança).

Nesse contexto, agendas ESG também têm se tornado pauta cada vez mais comum entre reguladores, em particular em países desenvolvidos, e mais notavelmente na União Europeia. Entre 2019 e 2020, a Comissão Europeia introduziu

a chamada Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR), estabelecendo uma série de critérios a serem seguidos pelas empresas no contexto da divulgação das suas políticas empresariais de sustentabilidade e dos seus resultados. A SFDR faz parte de um plano de ação mais abrangente em torno dessa agenda, que entrará em vigor de forma gradual entre 2021 e 2023, e deve se tornar benchmark para outros mercados dada a notória liderança no assunto por parte dos europeus. Em paralelo a isso, destaca-se ainda o reconhecido papel da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD, na sigla em inglês), do Financial Stability Board (FSB). A TCFD foi criada por forças privadas globais em 2016 e se junta a iniciativas regulatórias na construção de ferramentas para o tema climático no mercado financeiro, também desenvolvendo princípios para boas práticas no âmbito de investimentos ESG.

No geral, a definição e a padronização de diretrizes de transparência por parte de reguladores e organizações de apoio são passos importantes para a melhoria da governança setorial, servin-

do como incentivo poderoso para que empresas (incluindo bancos, fundos de investimento e afins) desenvolvam e monitorem planos de sustentabilidade auditáveis pela sociedade e, no limite, pelo próprio mercado. Neste contexto, é importante notar que trabalhos variados – como o de Jagannathan, Ravikumar e Sammon (2017) – mostram que a adoção de políticas de ESG no contexto da decisão de investimentos serve como importante ferramenta de mitigação de riscos regulatórios na medida em que, a partir dela, empresas podem antecipar regulações vindouras e explorar os benefícios do seu antecipado preparo para elas. Ter padrões de referência internacionalmente reconhecidos é etapa importante nesse processo.

No Brasil, onde temas de ESG também têm se tornado recorrentes nos últimos dois anos, o ambiente regulatório ainda parece, em alguma medida, atrás da curva dessa tendência – mas em movimento. Embora o Banco Central (BC) tenha sido elogiado com alguma frequência nos últimos anos pelo seu pioneirismo em diversas iniciativas (por exemplo, mais recentemente no contexto do lança-

mento da plataforma *Pix*, para a simplificação e universalização de pagamentos diretos entre pessoas físicas e jurídicas), foi apenas no segundo semestre de 2020 que a instituição exibiu sinais mais concretos sobre sua agenda ESG. Em setembro desse ano, o banco apresentou suas primeiras medidas, que incluem a adoção de testes de estresse considerando riscos climáticos e uma base de dados para ajudar bancos a identificar e bloquear operações de crédito com impacto ambiental negativo. De acordo com seu diretor de regulação, Otavio Damaso, o banco vai perseguir uma harmonização das suas políticas com aquelas sugeridas pela TCFD.²

No âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), há também iniciativas interessantes no sentido do desenvolvimento de padrões regulatórios em ESG. No final de 2020, a CVM aproveitou o contexto da revisão do seu formulário de referência (um documento obrigatório a ser preenchido por empresas listadas na bolsa de valores) para incluir temas de sustentabilidade com o objetivo primário de melhorar a transparência sobre o assunto no Brasil. A iniciativa veio a partir do reconhecimento – por parte da CVM e do próprio mercado – da superficialidade dos informes de sustentabilidade no Brasil, que atrapalha a condução de diagnósticos efetivamente úteis acerca do tema no país. Segundo manifesta-

ções recentes da CVM, ela faz parte de um processo mais abrangente de promoção de práticas ESG a ser desenvolvido pela instituição nos próximos anos.

No geral, estas iniciativas são bem-vindas – sobretudo na medida em que parecem emular, de fato, boas práticas internacionais. Ademais, algumas evidências recentes indicam uma predisposição razoável – ao menos em termos retóricos, a princípio – por parte de empresas, incluindo os três maiores bancos privados do Brasil, em participar desse movimento. Por exemplo, entre julho e agosto de 2020, o Itaú, o Bradesco e o Santander lançaram um manifesto com dez medidas para estimular o desenvolvimento sustentável na região da Amazônia – num momento em que o escrutínio sobre a região estava especialmente alto em função do elevado número de queimadas registrado no período de secas.³ A despeito de relativamente atrasado em comparação com outros países, o Brasil apresenta, portanto, uma combinação potencialmente virtuosa entre um apetite regulatório na direção certa e uma, ao menos em tese, vontade de adaptação por parte do setor privado. Há, ainda, uma resiliente capacidade de mobilização da sociedade civil em torno do assunto, que deve servir como um plano de fundo favorável a este processo.

Ressalva-se, no entanto, que essa agenda não pode ocupar o banco de trás de temas igualmente latentes no país. O Brasil enfrenta, afinal, desafios paralelos grandiosos, quais sejam: a pandemia da COVID-19; níveis elevados de desemprego, miséria e desigualdade; um panorama político-institucional de persistente volatilidade; e um relacionamento muitas vezes conflituoso entre as instituições do país, que limita sua capacidade de implementar reformas e políticas de desenvolvimento variadas. Nesse contexto, é importante que a agenda ESG não seja enxergada como competidora a estas demandas urgentes – mas como ferramenta catalisadora para as soluções dos referidos problemas. Há evidência suficiente, afinal, para considerar políticas de sustentabilidade como medidas bem-vindas no contexto da promoção do desenvolvimento econômico, do amadurecimento institucional dos países e mesmo da prevenção de problemas de saúde de grande escala. No caso do mercado financeiro – poderoso pela sua capacidade de alocar recursos de forma eficiente – faz sentido que o desenvolvimento de regulações favoráveis ao tema da sustentabilidade se torne um aliado oportuno nesta missão. As tendências em ESG, que vão além disso, representam uma oportunidade grandiosa neste contexto – e seria importante que ela não fosse desperdiçada.

Referência

JAGANNATHAN, R.; RAVIKUMAR, A.; SAMMON, M. **Environmental, social, and governance criteria**: why investors are paying attention. National Bureau of Economic Research, n. w24063, 2017.

- 1 “Larry Fink’s 2021 letter to CEOs”, Blackrock, Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/larry-fink-ceo-letter>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- 2 “Após pressão de investidores, BC lança agenda de sustentabilidade”. Revista Exame, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://exame.com/esg/apos-pressao-de-investidores-bc-lanca-agenda-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- 3 “Bradesco, Itaú e Santander lançam plano para promover desenvolvimento sustentável na Amazônia”, Portal Infomoney, julho de 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/bradesco-itaue-santander-lancam-plano-para-promover-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

() Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Economia Política Internacional pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).*

Relatório de Indicadores Financeiros¹

NÚCLEO DE ECONOMIA FINANCEIRA DA USP – NEFIN-FEA-USP (*)

Em 02/jan/2012 foram (teoricamente) investidos R\$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada

em ações de empresas com alta razão “valor contábil-valor de mercado” e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção “Fatores de Risco”: <http://nefin.com.br/risk_factors.html>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short) (02/01/2012 – 12/02/2021)

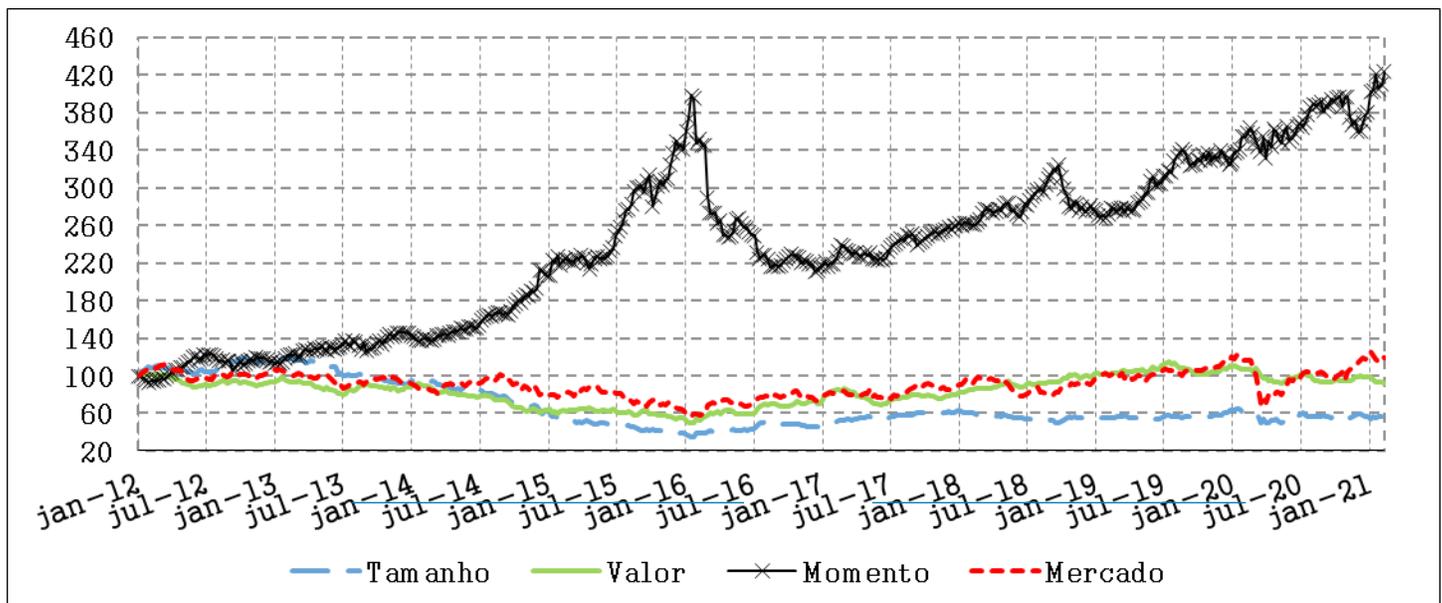


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	-2,19%	-0,97%	3,34%	-0,66%
Mês de atual	-1,66%	-1,10%	4,66%	3,53%
2020	-2,24%	-5,85%	12,30%	-0,22%
2010-2021	-45,79%	-18,18%	620,80%	-4,12%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aver-

são ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 12/02/2021)

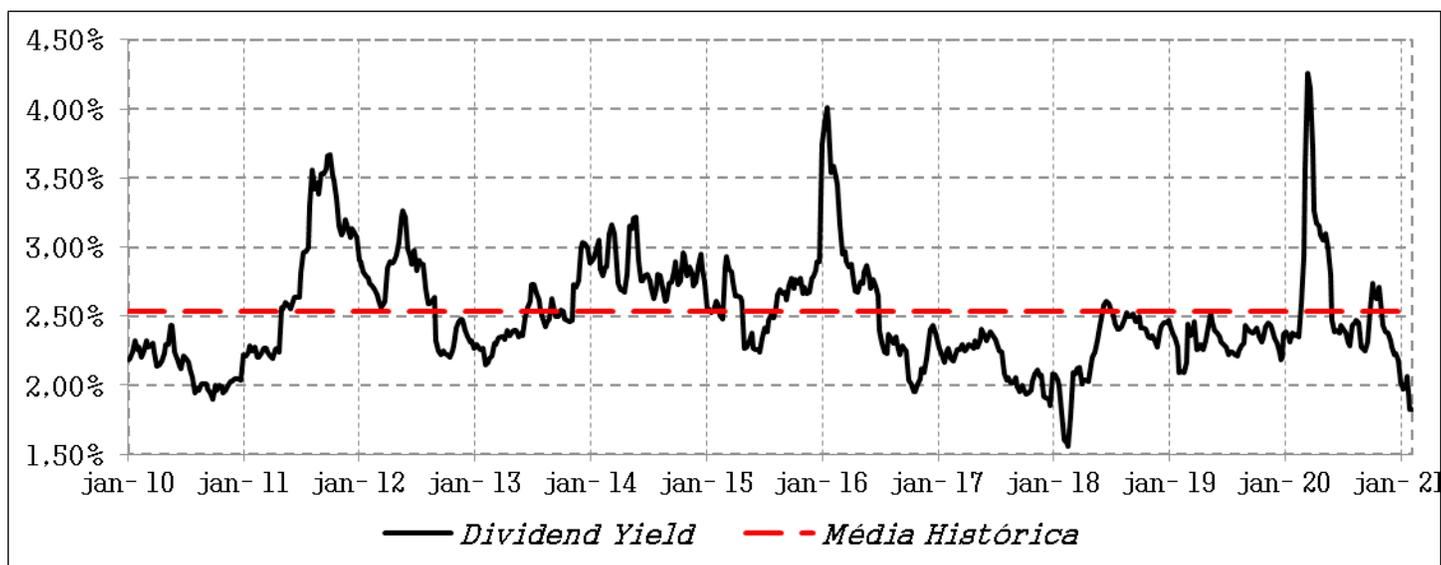


Tabela 2

	Dez Maiores		Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	CSNA3	3835,74	CSMG3	5,71
2.	CRFB3	3274,99	ELET3	6,65
3.	BIDI4	1678,93	ROMI3	9,31
4.	KLBN4	1303,59	ETER3	10,15
5.	GNDI3	580,14	BBSE3	10,20
6.	MGLU3	518,57	ENAT3	10,97
7.	STBP3	485,31	WIZS3	11,93
8.	SIMH3	361,85	CESP6	13,45
9.	CCPR3	350,92	TRPL4	14,70
10.	USIM5	323,12	CYRE3	15,50

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da

empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 11/02/2021)

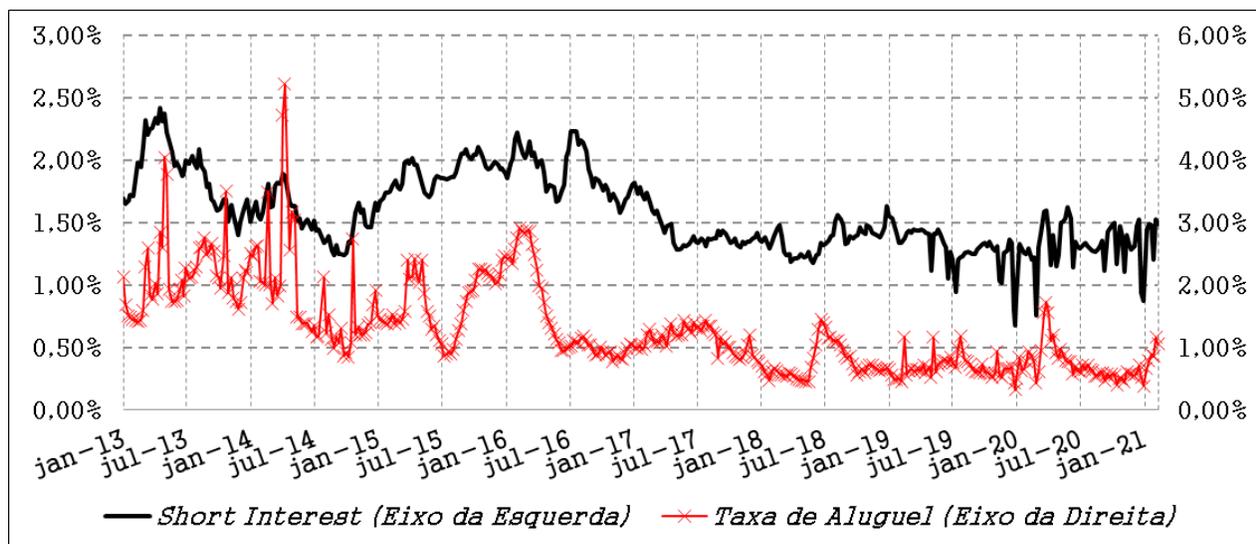


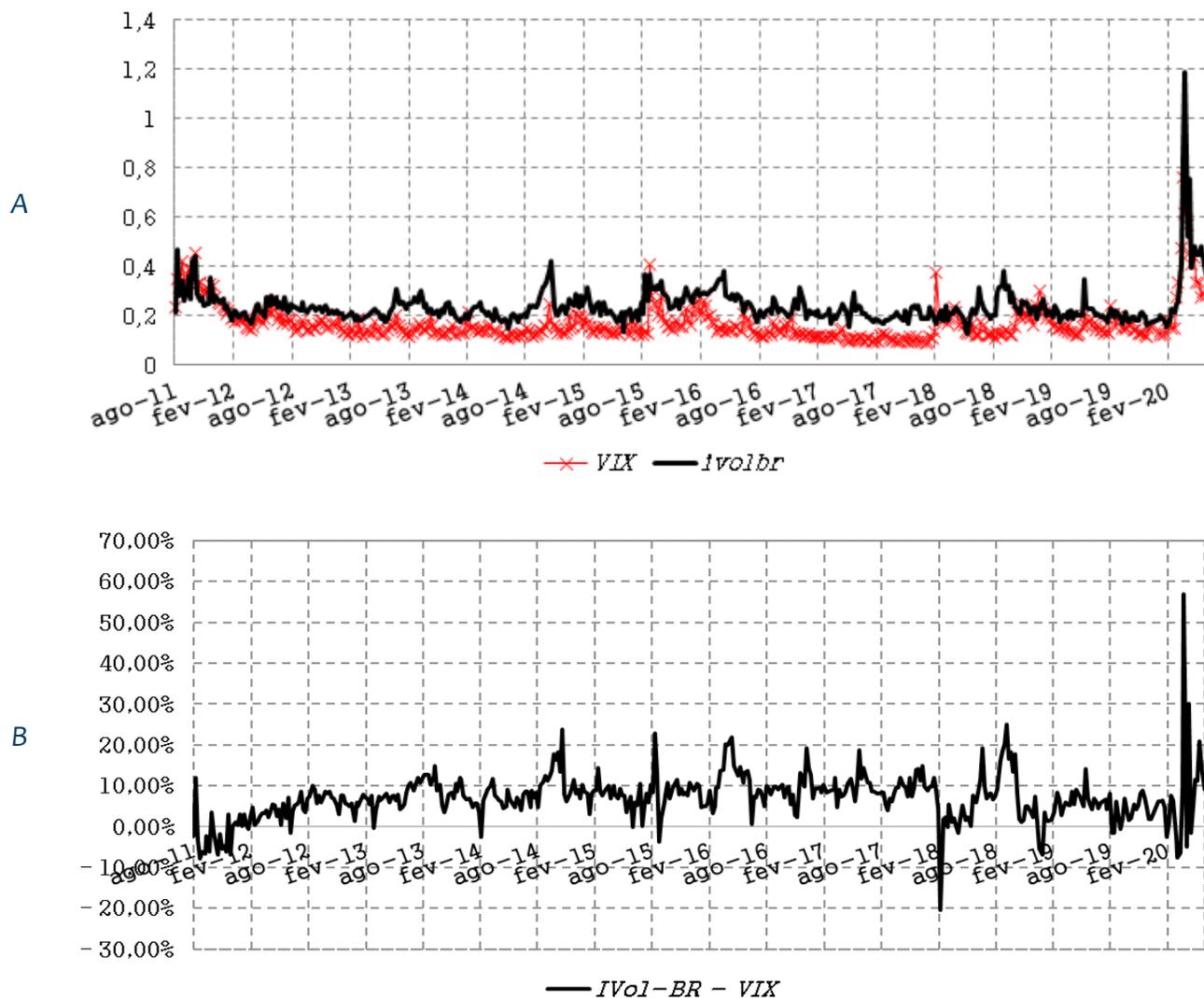
Tabela 3

Cinco Maiores da Semana				
Short interest			Taxa de Aluguel	
1.	WEST3	9,07%	MMXM3	32,79%
2.	IRBR3	8,13%	NGDR3	24,01%
3.	BRML3	7,94%	GOLL4	16,91%
4.	MRVE3	7,52%	BIDI3	16,70%
5.	YDUQ3	7,51%	CSAN3	16,19%
Variação no short interest			Variação na taxa de aluguel	
1.	MULT3	1,26%	MMXM3	24,09%
2.	YDUQ3	0,76%	NGDR3	10,66%
3.	SMT03	0,53%	RCSL3	5,00%
4.	RCSL4	0,52%	AGRO3	4,96%
5.	BPAN4	0,45%	LWSA3	4,10%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVES-PA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.³

O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, capturando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção “IVol-Br”: <http://nefin.com.br/volatility_index.html>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 26/05/2020)



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionada pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte. O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(*) <<http://nefin.com.br/>>.

pesquisa na fea – Economia



Ensaaios em avaliação de políticas ambientais

MARIA ALICE MÓZ CHRISTOFOLETTI

Tese de Doutorado

Orientadora: Paula Carvalho Pereda

Banca: Rudi Rocha de Castro, Ariaster Baumgratz Chimeli, Andrea Lucchesi

Link: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-15102020-104055/pt-br.php>

Resumo

Esta tese explora as recentes mudanças nos padrões de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil para fornecer evidências sobre possíveis trocas, nas políticas de impostos sobre a energia e na eficácia de iniciativas de combate ao desmatamento. O primeiro capítulo avalia o bem-estar e as emissões e os efeitos nos diferentes níveis de renda das famílias das políticas de imposto sobre energia implementadas recentemente no Brasil. As conclusões sugerem que os impostos sobre os preços das bombas de gasolina são progressivos e têm um impacto negativo nas emissões totais de energia das famílias devido à substituição e aos efeitos. Apesar de regressivas, as mudanças nos preços da eletricidade têm grandes efeitos sobre as emissões domésticas devido às características do suprimento de energia elétrica no Brasil. Os resultados mostram que 11% do total adicional de emissões de energia entre 2010 e 2018 (ou 6,5 MtCO₂e) poderia ter sido evitado na ausência de subsídios governamentais ao diesel, eletricidade e eletrodomésticos e impostos sobre a gasolina. Políticas mais amigáveis ao meio ambiente, como subsídio ao etanol, podem ter um efeito pequeno, mas positivo, na economia e tendem a reduzir as emissões domésticas. No entanto, grandes subs-

tituições e efeitos – devido ao aumento da demanda por produtos intensivos em CO₂e, como serviços de transporte e deslocamento – ao taxar a gasolina não definem ou reduzem a emissão causada por um preço mais baixo do etanol. Portanto, entender quem se beneficia dos impostos e subsídios à energia é fundamental para obter apoio público para um mix de energia mais verde, conforme prometido pelo país em seu NDC. O segundo capítulo investiga os efeitos distributivos de um imposto sobre o carbono em toda a economia. As estimativas sugerem que é possível observar o primeiro dividendo no contexto brasileiro, pois isso pode reduzir as emissões anuais de GEE em até 4,2%. No entanto, como as famílias de baixa renda são menos responsivas aos preços para a maioria das categorias intensivas em carbono, elas sofrem uma maior perda de bem-estar relativa devido ao imposto sobre o carbono (0,10% em relação às despesas totais, em relação a 0,06% para as famílias mais ricas). Eles também são mais propensos a sofrer um efeito indireto relativo maior de “alimentos e bebidas e consumo” relacionado à habitação, o que representa uma maior parcela do orçamento dessas famílias. Mudanças significativas no total de GEE exigiriam uma taxa de imposto mais alta, o que reforçaria a regressividade da política. Esses resultados indicam que as estratégias de compensação, como uma transferência direta e total, precisam ser consideradas pelo governo para reduzir o ônus imposto a essas famílias. Dadas as complexidades significativas no sistema tributário brasileiro, a geração de um segundo efeito de dividendo só poderia ser observada se o país implementasse o mecanismo de precificação de carbono como parte de uma reforma tributária estrutural mais ampla. O terceiro artigo tira proveito de um programa estadual e voluntário brasileiro implementado em 2011 para avaliar sua eficácia na redução de uma das maiores taxas de desmatamento do país. Evidências sugerem evitar aproximadamente 8,0 MtCO₂/ano liberados na atmosfera, e a extrapolação de estimativas para a área total que pode ser desmatada legalmente no Pará indica que 41% do desmatamento na região amazônica entre 2015 e 2018 poderia ter sido evitado usando esta iniciativa voluntária. Como o Brasil se comprometeu, através de seu NDC, a eliminar o desmatamento na Amazônia até 2030, programadores descentralizados com foco em benefícios indiretos parecem ser eficazes no longo prazo, servindo como um “bônus para apoiar as regiões com níveis mais altos de cobertura florestal.

economia & história



Imigração Italiana e Anarcossocialismo ao Final do Século XIX: Notas sobre a Colônia Cecília

GUILHERME GRANDI (*)

1 Introdução

Imortalizada nas páginas do livro de memórias de Zélia Gattai, *Anarquistas, graças a Deus*, a Colônia Cecília representa uma experiência única, um capítulo à parte, da imigração italiana sul-americana. Concebida como um “experimento social” pelo seu idealizador, Giovanni Rossi, a Colônia foi a concretização das ideias anarcossocialistas desse imigrante originário de Pisa, região da Toscana, na Itália.

A política imigratória do início do regime republicano no Brasil atraiu mais de 2,6 milhões de estrangeiros ao país entre 1890 e 1919. Ademais, forças globais como o crescimento demográfico e os avanços tecnológicos contribuíram

decisivamente para o aumento do fluxo de imigrantes provenientes da Europa, Ásia e Oriente Médio. Navios a vapor substituíram as embarcações a vela e o percurso transatlântico caiu de cerca de três meses para apenas um mês em muitos dos itinerários. O aumento da velocidade das fragatas foi acompanhado pela queda dos preços. Lesser (2015, p. 101) afirma que “o custo de uma passagem da Itália ao Brasil foi reduzido em 50% entre 1880 e 1920”. O resultado foi um aumento significativo da emigração para as Américas não só de italianos, mas também de portugueses e espanhóis.

O propósito deste texto, no entanto, é discutir primeiramente o contexto histórico mais amplo de

desenvolvimento da imigração em massa de trabalhadores rurais europeus para o Brasil nos quadros da economia agroexportadora, particularmente da economia cafeeira de São Paulo. Em seguida, nosso exame se volta para a experiência agrícola anarcossocialista encabeçada pelo imigrante italiano Giovanni Rossi em terras paranaenses no ano de 1890.

2 Imigração, Colonização e Mercado de Trabalho Numa Economia em Transição

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil se deu graças à imigração europeia subvencionada pelo Estado brasileiro e consistiu numa resposta às

condições econômicas que permitiram um maior desenvolvimento da economia cafeeira e de alguns setores industriais da região sudeste do país. A massa de salários dos trabalhadores livres acelerou a monetização da economia e, por conseguinte, estimulou a produção de manufaturados voltada para o atendimento do mercado de consumo interno que se ampliava com a chegada de levas cada vez mais numerosas de imigrantes. Há, portanto, diversos estudos que abordam, direta ou indiretamente, a institucionalização do mercado de mão de obra livre, de modo a contemplar invariavelmente o binômio café e indústria, ainda mais quando o foco é a província/o Estado de São Paulo. Nesse passo, a implantação da rede de estradas de ferro em conjunto com o uso e a difusão das máquinas de beneficiamento agrícola assumem papel-chave nesse processo de transformação das relações de trabalho numa economia fortemente marcada pela atividade agroexportadora.

Embora a solução definitiva para o problema da mão de obra tenha surgido somente ao final dos anos 1880, não se verificaram barreiras à expansão dos cafeeiros pelo chamado oeste paulista. O fato é que a dinâmica da economia cafeeira encarnava suas próprias contradições que se reproduziam ao longo do tempo, pois mesmo no período de maior expansão dos cafezais (1860-1880), observou-se a intensificação do regime escla-

vista, realimentado pelo tráfico interprovincial, no exato momento da vigência de medidas legais que visavam extingui-lo. Em trabalho que relaciona a construção das estradas de ferro com a constituição do mercado de trabalho no Brasil, Lamounier (2012) salienta que até a implantação da imigração subsidiada pelo governo de São Paulo e a difusão do sistema de colonato, que ocorreu a partir de meados da década de 1880, as soluções para a questão do trabalho numa economia em transição ainda preservavam a coerção, especialmente por meio de contratos de serviços e legislações repressivas que obrigavam ao trabalho e buscavam restringir a mobilidade dos trabalhadores.

É importante observar que antes da adoção do sistema de colonato, muitas fazendas realizavam contratos de parceria com os imigrantes ou, em termos mais precisos, a parceria de endividamento, que, grosso modo, era um regime extremamente desfavorável aos trabalhadores adventícios que se endividavam às turras, sendo imposta a eles uma alta taxa de exploração semelhante à que incidia sobre os escravos. Nesse sentido, Lesser (2015, p. 104) observa que, diferentemente do que ocorria na Argentina nesse mesmo período da grande emigração (1890-1914), a elite política e econômica no Brasil costumava tratar os imigrantes mais como trabalhadores servidos do que como agentes do desenvol-

vimento. A isso, acrescenta-se que as remunerações recebidas pelo imigrante no Brasil se situavam em níveis bem abaixo daqueles oferecidos tanto na Argentina quanto nos Estados Unidos.

O colonato, no entanto, trazia no seu cerne um conjunto maior de possibilidades ao imigrante que recebia uma remuneração monetária que se aproximava da categoria salário. Em linhas gerais, o colonato estabelecia, de uma lado, um pagamento em moeda ao colono referente ao número de pés de café sob seu trato durante o período de entressafra; de outro, se garantia uma quantia por saca de café colhida pelo colono e sua família à época da colheita. Ademais, aos colonos era concedido o direito ao uso de um lote de terra para cultivo próprio, ou o cultivo de alimentos nas fileiras entre os cafezais. Eventualmente, também, a ele era possível vender parte do excedente dessa produção de víveres nos núcleos urbanos mais próximos.

O problema da mão de obra se colocou mais evidentemente com a extinção do tráfico de escravos em 1850. Daí até a abolição definitiva da escravidão em 1888, surgiram várias propostas visando um processo gradual de emancipação dos cativos. Lamounier (2012) nota que o debate a esse respeito nos órgãos legislativos e na imprensa revela tentativas reiteradas de garantir aos fazendeiros o controle cada vez maior sobre os trabalhadores.

Nesse sentido, a emancipação deveria ter como alvo os indivíduos ao invés dos escravos em sua coletividade. Ela teria de ser gradual, por razões de ordem e segurança, e capaz de manter inalterados os níveis de produção.

Outro ponto controverso dessa mesma questão se relaciona à ideia da colonização subsidiada, de um lado, e ao assentamento de imigrantes em terras devolutas, por outro. Ou seja, o eixo do debate durante todo o século XIX se voltava para a promoção da imigração baseada na pequena propriedade em contraposição à promoção da imigração de trabalhadores para a grande lavoura. Comenta-se que frente às profundas divergências entre interesses distintos nas províncias e no interior do governo imperial, houve ações políticas tomadas nos dois sentidos. Em resumo, para Lamounier (2012, p. 57-58):

Os debates entre *colonização* e *imigração* deixam transparecer implicações que ultrapassam ideias de povoar o país e suplementar ou substituir os escravos. As tentativas de transformar as bases da agricultura para a pequena propriedade e/ou de encontrar novas fontes de trabalhadores ligavam-se estreitamente à questão da emergência da nação e ao reordenamento de instituições e da sociedade. Sem dúvida, era essencial solucionar o problema da “escassez de braços”, mas este não era o único desafio da nova administração. Era pre-

ciso ainda decidir quem poderia se tornar proprietário e definir a composição racial da nova nação. As políticas sobre colonização, em geral, com objetivos demográficos e povoamento privilegiavam a concessão de terras a imigrantes. “Mas”, perguntava-se então, “e a população nativa?” “Seria justo doar terras a imigrantes, diante do grande número de brasileiros vivendo uma existência marginal à agricultura de exportação?”

De modo geral, estudiosos do assunto como Emília Viotti da Costa, Robert Conrad e Warren Dean têm relegado a importância do trabalhador nacional livre dentro da economia de exportação. Conrad (1975), por exemplo, não poupa palavras para afirmar que os brasileiros livres e pobres representavam à época um papel marginal na economia dominante. Todavia, cabe questionarmos: quais seriam as razões da não utilização desse contingente de mão de obra abundante e barata? As hipóteses em torno desta questão envolvem, via de regra, determinantes econômicos relacionados à rentabilidade de se utilizar o escravo, ou o imigrante, em detrimento do trabalhador livre nativo. Spindel (1980), em contrapartida, esclarece que o elemento livre nativo não deve ser visto como “marginal” à economia agroexportadora, uma vez que representava uma alternativa às outras opções de mão de obra muito mais caras. Esse tipo de trabalhador era costumeiramente

empregado em atividades complementares determinadas por uma divisão social do trabalho na qual o trabalho exclusivo nos cafezais, por exemplo, ficava por conta dos escravos e/ou colonos imigrantes.

As preocupações distintas que envolviam a escolha por um ou outro sistema de colonização, por um ou outro sistema de trabalho, ou por um ou outro tipo de trabalhador, revelam concepções diversas da sociedade e da nação que se queria formar. Diante das diversas propostas ventiladas, cumpre ressaltar que ao longo de todo o século XIX vigoraram modos diversos de vinculação da população à terra, aos instrumentos de trabalho e ao incipiente mercado consumidor de manufaturados que, direta ou indiretamente, estavam submetidos à lógica do grande capital. Muito mais do que um engendramento de relações não capitalistas, ou a permanência de uma organização social com resquícios escravistas, o processo de constituição do mercado de trabalho no Brasil esteve marcado pelo próprio desenvolvimento característico do capitalismo numa economia periférica, como bem pontuou Silva (1976). A figura social do colono é emblemática nesse sentido, pois a ele cabia um rol significativo de tarefas no qual nem sempre tinha ligação direta com a economia agroexportadora, como foi o caso da Colônia Cecília. O fato é que o colono agia como assalariado, agricultor de subsistência, produtor e negociant-

te de mercadorias agrícolas, além de consumidor, tudo ao mesmo tempo.

Com efeito, a inexistência de um mercado de trabalho no sentido pleno do termo, em função da representatividade que assumiam as rendas não monetárias do colono, fazia com que o salário em espécie ficasse com frequência abaixo do nível de reprodução dessa mão de obra, reduzindo assim os custos salariais do fazendeiro e funcionando como um amenizador das condições de vida do trabalhador livre, na medida em que este produzia também para sua subsistência e de sua família. O fato é que o país tardou em abolir de vez a escravidão, e a transição para um regime baseado no trabalhador livre assalariado se deu no bojo de uma economia que se vinculava umbilicalmente ao comércio do além-mar. Novamente, de acordo com Lesser (2015, p. 105):

A comparação com a Argentina mostra como era complexo atrair imigrantes para o Brasil. Incentivos não salariais tornaram-se então necessários. Uma solução do agrado dos proprietários das regiões ricas era transformar a imigração em um empreendimento governamental. Os estados com economias poderosas podiam assim criar melhores incentivos para atrair mão de obra estrangeira. Fundar novas colônias na proximidade das antigas colônias centro-europeias do Sul do Brasil era uma outra. Essas mudan-

ças levaram a resultados concretos. A partir de fins da década de 1880, a entrada de italianos apresentou um crescimento explosivo, com o estabelecimento dos imigrantes em novas colônias no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, ou como trabalhadores rurais subsidiados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Centenas de milhares de portugueses também chegaram, seguindo seus padrões já tradicionais de opção por cidades e atividades comerciais. Espanhóis começaram a chegar em números apreciáveis (embora sempre menores que na América espanhola), replicando determinados aspectos do estabelecimento tanto dos italianos quanto dos portugueses.

Tal dinamismo emigratório teve influência substancial sobre a forma e o rumo adotados pelo processo de industrialização da economia brasileira. Assim, ao passo que a realização da produção cafeeira, amparada sistematicamente pelas políticas governamentais da chamada República Oligárquica, garantiu o aparecimento da indústria num movimento de diversificação do capital cafeeiro, sua natureza dependente das flutuações do comércio externo carregava consigo limites que comprometiam no todo a capacidade dos agentes econômicos de realizarem uma verdadeira revolução industrial, no sentido de se estabelecer uma estrutura produtiva descentralizada regionalmente e razoavelmente diversificada.

3 A Colônia Cecília

Como se sabe, a chegada em massa de italianos a São Paulo progrediu em termos consideráveis em virtude da subvenção oferecida por importantes famílias de cafeicultores como os Prado, os Souza Queiroz e os Paes de Barros, fundadores da Sociedade Promotora da Imigração. Ao cabo de seus nove anos de atividade, a Sociedade contratou e introduziu 266.732 imigrantes no Estado de São Paulo, que obtiveram pronta colocação nas fazendas de café. As famílias chegavam a São Paulo com passagens pagas pelo Estado. Não à toa, entre 1888 e 1914, a imigração subsidiada representou mais de 60% das entradas. A Sociedade Promotora estimulava a chamada de parentes daqueles já radicados nas lavouras cafeeiras, ao mesmo tempo que ampliava a propaganda no meio rural italiano, dando preferência às famílias já constituídas (TRUZZI, 2016, p. 29).

Via de regra, tratava-se de uma mão de obra muito pouco qualificada e, em sua maior parte, analfabeta. Provavelmente por isso, os imigrantes se mostravam dispostos a serem explorados em troca da mera subsistência física. Assim, São Paulo atraiu um contingente de estrangeiros dos quais a imensa maioria não teria condições de se organizar para emigrar não fosse o papel ativo da Sociedade Promotora em arrebanhar famílias próximas da miséria e dispostas a

cruzar o Atlântico com passagens custeadas pelo Estado. A grande maioria dos italianos que chegaram entre 1876 e 1920 procedia do norte da Itália. O Vêneto foi a única região da Itália cuja maioria dos imigrantes veio para o Brasil. Nessa região italiana, bem como nas províncias vizinhas da Lombardia, da Emília-Romanha e da Toscana, os imigrantes trabalhavam originalmente

ora como pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros, ora como assalariados (*braccianti*). Segundo Truzzi (2016, p. 34), Vêneto e Lombardia, no norte, e Campânia e Calábria, no sul, foram as quatro regiões que mais contribuíram para o fluxo de imigrantes ao Brasil (cerca de 60%, entre os anos de 1876 e 1920).

Regiões da Itália



Havia basicamente dois tipos de fluxo migratório, com motivações imigratórias distintas, portanto, que se intensificaram fortemente nos anos 1890. Esses fluxos de pessoas provenientes da Alta Itália podiam ser de três tipos de acordo com o perfil social e econômico do imigrante. O primeiro tipo, que ao que tudo indica era o tipo mais comum, era o do agricultor iletrado que já vinha de uma experiência de exploração do seu trabalho na Itália. O segundo tipo refere-se a outro perfil, o de um trabalhador mais manual especiali-

zado em determinado ofício, não necessariamente alguém habituado a mexer diretamente com a terra ou acostumado ao ato de plantar, embora pudesse viver na zona rural. Trabalhos de construção e reparos de instalações fixas ou materiais moventes consistiam nas principais atividades desse segundo grupo. E um terceiro tipo, que poderia ser ou não a figura de um agricultor, proprietário ou não, trabalhando para si ou para terceiros, que carregava e nutria algum tipo de ideologia política mais orientada.

Total de Emigrantes Italianos Distribuído por Regiões Selecionadas (1876-1901)

Região	Província	Número de emigrantes		
		Emigração permanente	Emigração temporária	Total
Piemonte	Alessandria	51.818	14.437	66.265
	Cuneo	68.023	235.209	303.232
	Novara	24.047	97.956	122.003
	Turim	99.404	160.567	259.971
	Total	243.292	508.169	751.461
Lombardia	Bérgamo	24.620	85.656	110.276
	Brescia	11.839	28.058	39.897
	Como	33.267	96.607	129.874
	Cremona	22.640	12.364	35.004
	Mântua	37.191	11.067	48.258
	Milão	50.855	46.815	97.670
	Pavia	50.292	9.050	59.342
	Sondrio	14.729	19.554	34.283
Total	245.433	309.171	554.604	
Vêneto	Belluno	12.192	344.961	357.153
	Pádua	58.457	36.508	94.965
	Rovigo	65.102	6.019	71.121
	Treviso	82.240	74.667	156.907
	Udine	48.086	849.276	897.362
	Veneza	41.512	23.752	65.264
	Verona	48.159	39.281	87.440
	Vicenza	50.135	124.372	174.507
Total	405.883	1.498.836	1.904.719	
Emília-Romanha	Bolonha	13.870	12.859	26.729
	Ferrara	14.223	4.724	18.947
	Forli	9.007	11.803	20.810
	Módena	11.624	30.496	42.120
	Parma	12.658	43.297	55.955
	Piacenza	16.867	22.558	39.425
	Ravenna	4.836	6.010	10.846
	Reggio Emília	9.741	24.913	34.654
Total	92.826	156.660	249.486	
Toscana	Arezzo	6.336	4.492	10.828
	Florença	6.787	26.344	33.131
	Grosseto	823	446	1.269
	Livorno	6.702	13.343	20.045
	Lucca	62.787	98.566	161.353
	Massa e Carrara	27.106	45.297	72.403
	Pisa	7.553	11.324	18.877
	Siena	1.229	1.175	2.404
Total	119.323	200.987	320.310	
Campânia	Avellino	108.755	142	108.897
	Benevento	50.718	10.112	60.830
	Caserta	54.308	65.011	119.319
	Nápoles	61.245	33.785	95.030
	Salerno	209.254	3.048	212.302
	Total	484.280	112.098	596.378
Calábria	Catanzaro	108.054	667	108.721
	Cosenza	158.449	8.336	166.815
	Reggio Calabria	26.651	8.176	34.827
	Total	293.154	17.209	310.363

Fonte: Franzina (2006, p.104-107).

Um olhar panorâmico dos dados da tabela revela aspectos interessantes do êxodo dos italianos durante o período de 1876 a 1901. Um desses aspectos consiste na taxa de retorno dos emigrantes, que foi bem maior para a população italiana das regiões do norte do país do que do sul. No Vêneto, por exemplo, o número de emigrantes temporários, ou seja, que emigraram mas que tempos depois retornaram às suas províncias de origem, é bem superior ao número observado para a região da Calábria, no sul. Enquanto a taxa de retorno nesta última região ficou em 6%, no Vêneto ela foi de 79%. Dentre as principais províncias emissoras, há a província de Udine no norte, com um total de 897.362 emigrantes, e a província de Salerno (região da Campânia) no sul, com um total de 212.302 emigrantes. Suas taxas de retorno, contudo, são bem distintas: 95% e 1%, respectivamente. Das regiões acima consideradas, Campânia e Vêneto foram as que mais expulsaram em definitivo seus indivíduos, com destaque para as províncias de Salerno e Avellino, na primeira região (209.254 e 108.755 emigrantes permanentes, respectivamente), e as províncias vênetas de Treviso e Rovigo, com 82.240 e 65.102 emigrantes permanentes, respectivamente. A diáspora italiana, iniciada a partir da segunda metade do século XIX, é pensada nesses termos por Franzina (2006, p. 33-34):

A emigração representa um fenômeno demográfico e econômico caracterizado pela duplicidade dos seus fatores formativos. Há uma área de partida e uma área de destino, estímulos “expulsores” e estímulos “atrativos”: a importância de cada um, ou mesmo o seu caráter decisivo, varia de acordo com as situações históricas, mas sempre nos remete a um quadro complexo, que é o da evolução do capitalismo a partir dos anos 50 do século XIX. [...] Trata-se da constatação do fato, sobre o qual vale a pena insistir, de que a emigração, de forma ligeiramente modificada, durou até poucas décadas atrás, conduzindo para fora da Itália milhões de trabalhadores, não só impossibilitados (acreditamos que não por uma lei da natureza) de encontrar emprego na própria terra, mas também investidos, às vezes, da tarefa de sustentar, através do mecanismo das remessas, o equilíbrio frequentemente precário da economia nacional. Em outras palavras, a emigração precisa ser analisada no contexto da transição de um país agrícola e pré-industrial a um estágio de relativa, e totalmente específica, maturidade capitalista.

De acordo com Trento (1988, p. 80), as províncias/os estados do sul do Brasil ofereciam condições mais vantajosas aos emigrantes que aspiravam obter a posse de uma porção de terra, além de informações sobre o clima da região, mais assemelhado ao existente na Itália, e que, portanto, poderia

assegurar o cultivo de produtos os quais o emigrante estava mais familiarizado. Estimativas apontam que, entre 1853 e 1886, cerca de 20 mil imigrantes chegaram às terras do Paraná, a maioria para trabalhar na pecuária e nas fazendas de café. Dentre eles, no entanto, havia seis italianos que buscavam um objetivo diferente da maioria dos seus compatriotas. Além de deixar para trás as intempéries impostas pela miséria que assolava o meio rural italiano, o grupo formado por Giovanni Rossi, pelo casal Catharina Benedetti e Achille Dondelli, por Lorenzo Arrighini, Giacomo Zanetti e Evangelista Benedetti, irmão de Catharina, emigrou para o Brasil com a intenção de instalar uma comunidade rural de caráter anarquista, ou anarcossocialista, denominada Colônia Cecília. Estabelecido próximo à cidade de Palmeira, no sudeste paranaense, tal experimento teve vida efêmera de 1890 a 1894.

Esses pioneiros tinham por inspiração os escritos de Rossi que, desde a década de 1870, propunham a criação de uma comunidade anarquista numa nação do hemisfério sul. A respeito desse personagem, Roscoche (2011, p. 26-28) traz um compilado de informações interessante:

Rossi era graduado em medicina veterinária pela escola de Pisa, com Pós-Graduação em Perúgia e passou a residir em Montescudaio (Província de Pisa) onde iniciou

sua vida profissional. Concomitantemente ao desenvolvimento de sua profissão de veterinário, em Montescudaio, Rossi publicava ensaios e artigos versando sobre sua área profissional de atuação e também outros versando sobre os ideais socialistas. [...] Rossi ficou tocado pelas condições de miséria e desinformação nas quais os colonos italianos viviam. Imersos em credices e a falta de cultura faziam dos colonos alvos fáceis de manipulação e exploração. [...] Desde sua adolescência Rossi defendia o socialismo e a tese de que as ideias socialistas deveriam ser postas em prática em colônias experimentais para que se pudesse verificar sua viabilidade. [...] O lugar escolhido para esta primeira experiência seria nos arredores de Roma e teria como objetivo criar uma colônia agrícola cooperativa de aproximadamente 100 hectares. Dessas discussões surge em novembro de 1887 a Associação Agrícola Cooperativa de Cittadella, localizada em Stagno Lombardo (Cremona), a primeira tentativa de Rossi na busca da comprovação prática dos ideais socialistas. Embora esta experiência tenha trazido resultados produtivos positivos, não teria atingido os objetivos libertários do anarquismo. [...] O sucesso material do empreendimento de Cittadella possibilitou a Rossi criar em 1889 um projeto de Colônia Agrícola chamado Unione Lavoratrice, que ganhou a adesão de muitos colonos de Torricella, sendo que alguns

deles, mais tarde, fariam parte da Colônia Cecília.

Como se vê, Rossi defendia em seus textos a ideia do experimentalismo nas colônias socialistas e com frequência escrevia em jornais operários na Itália resenhas sobre o pensamento utópico de socialistas como Saint-Simon, Fourier, Cabet e Owen. Buscou, por meio da experiência, levar os ideais socialistas à prática ao mesmo tempo que se preocupava com a relação dessa com a teoria, da propaganda com a ação. O experimentalismo foi o ponto nodal do seu projeto e a formação de núcleos experimentais anarquistas o modo pelo qual Rossi quis provar a consistência das ideias libertárias (CARVALHO, 2011, p. 279). No livro *Cecilia – Comunità Anarchica Sperimentale*, publicado originalmente em 1893, Rossi (2000) faz o seguinte relato:

Foi nos primeiros dias de abril de 1890 que Evangelista Benedetti e eu, depois de alguns dias de exploração, nos estabelecemos em uma casinha de madeira abandonada [...] numa área de 10 quilômetros quadrados, constituída de pradarías e bosques e reservada para nós pelo preço de 15 liras por hectare, pagáveis em prestações.

A saga dos imigrantes que acompanharam Rossi começou no porto de Gênova em 20 de fevereiro de 1890. Com um capital de 2,5 mil liras, os seis pioneiros partiram rumo ao Rio de Janeiro num navio mercante

adaptado para passageiros, o *Città di Roma*. Passado mais de um mês, após uma estadia na Ilha das Flores, que abrigava os imigrantes recém-chegados ao Rio de Janeiro, o grupo seguiu viagem para o sul do país.¹ O objetivo inicial era chegar a Porto Alegre, mas, em razão do mal-estar de dois membros do grupo durante a viagem, os seis imigrantes desembarcaram em 28 de março no porto de Paranaguá, no Paraná. De lá, Giovanni Rossi e Evangelista Benedetti seguiram para a Inspeção de Terras e Colonização, órgão que administrava a venda de lotes aos colonos em Curitiba (BACH, 2011). Segundo o relatório de viagem de Rossi (2000), “lá nos foram mostradas várias zonas destinadas à colonização e, porque demonstramos interesse de nos estabelecer próximo a um rio navegável, nos foi sugerido o território de São Mateus, por onde corre o belo rio Iguazu”. Dessa forma, em 2 de abril, por indicação da Inspeção, os dois italianos chegaram a Palmeira, onde, a 18 quilômetros da cidade, seria fundada a Colônia Cecília. Rossi (2000, p. 31) fez uma descrição interessante de suas primeiras impressões sobre a região paranaense:

No dia 30 de março, na estação de Paranaguá, com todos os outros imigrantes italianos, embarcamos num vagão de segunda classe, que equivale aos nossos melhores de terceira; as bagagens já haviam sido carregadas num vagão de carga por conta da administração. Saímos ao

meio-dia, e o trem ganhou logo boa velocidade, correndo leve, sem as sacudidas que nos machucam em certas terceiras classes de nosso país. O espetáculo que se vê percorrendo a linha ferroviária Parana-guá-Curitiba é belo, interessante e grandioso. No início, atravessam-se planícies cobertas pelas matas da zona subtropical; [...] O trem para na estação da Colônia Alexandra, depois, no ponto inicial do entroncamento para Morretes e, então, começa a ganhar os morros. No meio das matas veem-se terrenos desmatados e já com lavouras, com suas casinhas de madeira e a cerca para o gado. Mais adiante, encontram-se clareiras, desmatadas há pouco tempo e queimadas; sobre o chão estão jogados ainda os troncos enegrecidos, no meio dos quais o lavrador tem semeado e colhido milho e feijão.

Interessante também é sua descrição sobre a atividade industrial, praticamente inexistente, da jovem capital do estado.

As indústrias ainda não são muito desenvolvidas e, de modo geral, são tocadas por um operário que trabalha sozinho em sua pequena oficina. Os motores hidráulicos ou a vapor, por serem bem poucos em Curitiba, são apontados como raridades. A importação de objetos manufaturados substituiu, por enquanto, a deficiência de mão de obra, e faria um bom negócio, portanto, o industrial que, provido de capitais, viesse a implantar uma

oficina ou uma fábrica qualquer. Parece-me, no entanto, que um operário de manufaturas dificilmente encontraria trabalho. [...] Em Curitiba, encontram-se muitos camponeses italianos. Quase todos vêm das colônias vizinhas a cavalo. De modo geral, aparentam bem-estar e satisfação, uma atitude bonacheirona, mas orgulhosa, própria de homens independentes que, sem dúvida, inexistia uns anos atrás, quando eram pobres camponeses do Vêneto, trabalhando duro nas terras do patrão. (ROSSI, 2000, p. 33-34).

Em seu primeiro ano de existência, poucos foram os frutos da empreitada anarquista em Palmeira. Com a população reduzida apenas ao contingente de fundadores – com exceção de Rossi, que havia retornado à Itália para divulgar a proposta da Colônia –, em 1890 foi iniciada a lavoura de feijão, milho, mandioca e trigo, além da criação de uma pequena horta e da aquisição de alguns animais. Ainda nesse ano, em 25 de setembro, foi registrado o nascimento do primeiro ceciliano, Giuseppe, filho de Achille Dondelli e Catharina Benedetti. Trento (1988, p. 88-89) sintetiza a experiência da Colônia da seguinte maneira:

O idealizador do projeto foi o agrônomo pisano Giovanni Rossi, vulgo Cardias, que, após ter tentado uma experiência de sociedade comunitária na Itália, no sítio Cittadella em Stagno Lombardo, a 20 de fevereiro

de 1890, partiu para o Brasil, acompanhado de alguns amigos e com 2.500 libras no bolso. Uma vez em Curitiba, a Inspetoria das Terras e Colonização concedeu-lhe um lote de 10 km² ao sul de Palmeira, ao longo do rio Iguaçu. Em novembro do mesmo ano, Rossi voltou para a Itália numa viagem de proselitismo e vários pequenos grupos alcançaram a colônia Cecília, que, em junho de 1891, tinha 150 habitantes. Muitos, porém, não estavam preparados e na colônia faltavam ferramentas de trabalho, matérias-primas e dinheiro de contado. Por outro lado, também a ideia de uma organização anarquista, que estivera na base da colônia, não parecia ir adiante. Perdia-se tempo em assembleias, em comissões, [...] Houve numerosas deserções, e embora não tivesse faltado um certo *turn over* (que, no entanto, não resolveu o problema da escassez de mulheres), os habitantes se reduziram a 64 no fim de 1892, data em que foram construídas uma escola e uma farmácia. No ano seguinte, tiveram início algumas atividades artesanais, mas, em 1894, Cecília deixava de existir, [...] mais provavelmente pela maior dificuldade com que elementos politizados, e em boa parte aculturados, suportavam a vida de privações que os emigrantes, camponeses e analfabetos levavam em quase todas as colônias do sul do Brasil.

Após a chegada e estabelecimento dos seis pioneiros, os demais colonos começaram a chegar em

1891, vindos majoritariamente das províncias do norte da Itália. Atraídos pela propaganda de Rossi e por uma vida sem patrão e sem fome, pessoas e famílias se mobilizaram para a viagem à América e, assim, já no primeiro semestre de 1891, segundo o relato de Rossi, a Colônia Cecília chegou a abrigar cerca de 250 moradores. Esse incremento populacional superava em muito a estrutura disponível da comunidade agrícola, que se resumia a cerca de 20 casas de madeira e um barracão comunitário. Nessa época, a lavoura e a pecuária ainda não produziram o suficiente para a subsistência dos cecilianos. Além disso, grande parte dos recém-chegados era de origem operária e não tinha conhecimentos agrícolas para implementar uma produção em maior escala.

A base econômica da Colônia teve, portanto, de ser criada, haja vista o desconhecimento total dos italianos anarquistas em relação à atividade econômica preexistente na região ocupada. No momento da chegada de Rossi e sua comitiva, a economia do Paraná estava em pleno ciclo ervateiro e, segundo Souza (1970, p. 49), eles não puderam contar com a erva-mate para a subsistência do grupo, já que o “elemento natural não lhes bastava, nem lhes servia como meio de vida.” A dedicação desses imigrantes pioneiros se voltou para o cultivo do milho, sobre o qual tinham mais familiaridade. Enquanto aguardavam a colheita desse cere-

al, a estratégia adotada foi poupar ao máximo os poucos recursos que detinham e se oferecer, no caso de alguns, para a empreitada de construir a estrada de rodagem, o trecho Serrinha-Santa Bárbara, em troca de salários semanais que auxiliavam as atividades iniciais da Colônia, como a construção de casas e barracões, a formação das lavouras de milho e feijão, o vinhedo, os pomares de peras, além da criação de animais como galinhas, porcos, marrecos e vacas leiteiras.

Contudo, o resultado da experiência não foi nada alvissareiro, como relatado pelo próprio Rossi (2000) que afirmou que a Colônia “não teve a consciência anárquica” necessária e, por isso, “mereceu morrer”. Tal fracasso, motivado pelo crescimento exagerado do número de colonos e pelos conflitos que daí surgiram, culminando com a saída de sete famílias, encerrou a primeira fase da experiência, que coincidiu com o retorno de Rossi ao Brasil. A rápida evasão dos colonos, porém, serviu de estopim para a reorganização da Colônia. Em novembro de 1891, quando a população estava reduzida a apenas 19 pessoas, um novo grupo de lavradores chegou para dar impulso aos trabalhos agrícolas, o que faria de 1892 o ano mais próspero da curta existência da Colônia. Ao fim do ano, a Cecília, com 64 habitantes, tinha dois poços artesianos e uma estrada carroçável. Além disso, iniciou-se a plantação de videiras e a fabricação de sapatos e barris.

O ano seguinte, entretanto, marcaria o princípio da desagregação do núcleo colonial. A grande demanda por mão de obra e a expectativa de melhores condições de vida nas cidades vizinhas fizeram com que muitos abandonassem o local e partissem para Palmeira, Porto Amazonas, Ponta Grossa e Curitiba. Em 1893, o próprio Rossi deixou em definitivo a Cecília, dando por encerrada a experiência que buscou desenvolver. Mesmo após sua saída, algumas famílias continuaram chegando à Colônia em razão da forte propaganda difundida pelos veículos da imprensa socialista europeia. Esse movimento, no entanto, não foi suficiente para a sua manutenção, e a Cecília foi extinta por volta de abril de 1894.

4 Considerações Finais: as Razões do Fracasso

Há muita controvérsia sobre as razões que levaram ao fim da Colônia Cecília. O que se sabe, com certeza, é que o seu próprio idealizador, Rossi, desistiu do experimento anarcossocialista ao reconhecer o seu fracasso. De fato, a historiografia ainda não avançou nesse ponto, qual seja, o de explicar o que tornou a experiência da Cecília inviável. Algumas hipóteses têm sido lançadas por estudiosos do tema, mas sem nenhuma comprovação empírica robusta e suficientemente rigorosa. Já nos referimos ao descompasso entre a infraestrutura da Colônia, entre suas benfeitorias,

e a quantidade de colonos; a má qualidade da terra ou a sua incompatibilidade em relação às culturas agrícolas conhecidas pelos imigrantes também aparecem como possíveis fatores do fracasso; Rossi chamou atenção para o baixo comprometimento de alguns e suas famílias, com respeito aos princípios que deveriam imperar no seio da comunidade anarquista; e o traço mais emblemático, a nosso ver, consiste no episódio do furto da safra do milho e do caixa comum do núcleo que, em geral, era resultante da venda dos gêneros agrícolas produzidos na Colônia.²

O fluxo de entrada e saída dos integrantes da Colônia revela a instabilidade sofrida durante os seus quatro anos de existência. Alguns a abandonaram por não se adaptarem bem ao trabalho comunal; outros pelo anseio de adquirir sua própria propriedade particular; havia também os que não se adaptaram aos trabalhos rurais por possuírem experiências prévias na Itália como profissionais liberais ou operários da indústria. Ventilava-se, inclusive, a ideia de que alguns integrantes chegaram a furto de bens e equipamentos da Colônia quando partiram para outras localidades. Outro desafio enfrentado teria sido a rivalidade e o ressentimento gerado entre os que se dedicavam mais aos trabalhos comunitários e aqueles que se engajavam pouco nas tarefas diárias em prol da coletividade.

Sobre a instalação dos imigrantes nas regiões do sul do Brasil, Trento (1988, p. 90) menciona acerca da “desorganização total que caracterizava os núcleos coloniais, tanto públicos quanto particulares”. A produção agrícola dos cecilianos havia sido pequena, porém razoável dentro das expectativas, pelo menos nos dois primeiros anos da Colônia. Souza (1970, p. 107) observa que “tudo girava em torno da colheita” e, em 1893, com o surgimento da epidemia de crupe³, o otimismo em relação à safra do milho e a esperança de dias melhores haviam sido ceifados junto com a vida de algumas crianças da comunidade. Em suma, a epidemia, somada ao episódio do furto supramencionado, pôs de vez em xeque o sonho anarquista de Rossi e de famílias de italianos que se fixaram em definitivo no Brasil como os Agottani, os Gattai, os Mezzadri, dentre outras. Encerrava-se assim a história e dava-se início ao mito, o mito da experiência de uma comunidade agrícola anarquista no sul do Brasil.

Referências

- BACH, Arnoldo M. **Colônia Cecília**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011.
- CARVALHO, Raphael G. de. Narrativas literárias e historiografia sobre a Colônia Socialista Cecília: memórias e utopia. **Outros Tempos**, v. 8, n. 11, p. 274-294, 2011.
- CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

LAMOUNIER, Maria L. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2012.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

ROSCOCHE, Luiz F. O anarquismo da Colônia Cecília: uma jornada do sonho à desilusão. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 28, n. 1, p. 25-39, 2011.

ROSSI, Giovanni. **Colônia Cecília e outras utopias**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Newton S. de. **O anarquismo da Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SPINDEL, Cheyva R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.

TRUZZI, Oswaldo M.S. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

1 Lesser (2015, p. 114-115) esclarece que: “Em fins do século XIX, a viagem transatlântica da Europa ao Brasil durava cerca de trinta dias, embora esse tempo tenha encurtado ao longo do século XX. Os imigrantes chegavam principalmente em três portos: Salvador (Bahia), Rio de Janeiro e Santos (São Paulo). Grupos menores de imigrantes chegavam a Salvador, mas números bem maiores eram recebidos na Hospedaria dos Imigrantes da Ilha das Flores, construída em 1883 para encaminhar os imigrantes aos cafezais do estado do Rio de Janeiro.”

- 2 Como consta em diversas narrativas históricas, José Gariga, responsável pela comercialização nas cidades circunvizinhas do milho e de outros gêneros produzidos pelos colonos, nunca mais retornou à Cecília após ter saído transportando em sua carroça toda a safra do milho colhido em setembro de 1893. A propósito, Souza (1970, p. 121) menciona que: “O furto dera a certeza da precariedade moral dos homens, de seu despreparo para a experiência do tipo que idealizavam. Na somatória de crises que vivia o núcleo, essa parcela, o furto, representou a mais ponderável, porque violentou a ordem anárquica dominante. A semente da desconfiança nascera com o episódio e os anarquistas, novos, aqueles ainda não convictos da beleza e da seriedade do ideal, viveriam em permanente tensão, desconfiados de que novos furtos viessem aniquilar suas esperanças, esforços físicos e suor de cada dia.”
- 3 “Crupe é uma doença inflamatória dos tratos respiratórios superior e inferior, causada mais comumente pelo vírus parainfluenza tipo 1. É caracterizado por tosse estridente e espasmódica e estridor inspiratório.” Afeta principalmente crianças entre 6 meses e 3 anos de idade. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-respirat%C3%B3rios-em-crian%C3%A7as-pequenas/crupe#:~:text=Crupe%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a%20inflamat%C3%B3ria,e%20espasm%C3%B3dica%20e%20estridor%20inspirat%C3%B3rio>.

() Professor de História Econômica e Economia Brasileira do Departamento de Economia – FEA/USP. (E-mail: ggrandi@usp.br).*

Conselheiro Tolentino, um Funcionário da Monarquia (II)

RÔMULO MANZATTO (*)

No último número de *Informações Fipe*, vimos como Antonio Nicolau Tolentino galgou os postos da carreira burocrática do Império até o alto escalão, aposentando-se em 1855, já no prestigioso cargo de diretor de contencioso do Tesouro Nacional.¹

Este foi o motivo pelo qual acabou por receber o título de Conselheiro, uma honraria de caráter simbólico, dispensada aos que encerravam sua carreira no serviço público em postos de alto escalão administrativo do Império.²

O percurso de Tolentino até os cargos de chefia não foi dos mais fáceis. De origem humilde, ingressou ainda muito jovem no serviço público onde, paulatinamente, construiu uma carreira de especialista em finanças públicas, vindo a ocupar diferentes cargos no Tesouro Nacional antes de se tornar inspetor da alfândega no Rio de Janeiro. Posteriormente, Tolentino foi também presidente da Caixa Econômica Federal quando de sua fundação e até mesmo presidente da então Província do Rio de Janeiro, cargo usualmente ocupado pelos membros da elite política da época.

A trajetória de Tolentino foi objeto de estudo do sociólogo e crítico literário Antonio Candido, que viu na carreira desse funcionário do segundo escalão do Império certo valor de paradigma, por evidenciar uma das vias pelas quais se formou a classe média brasileira ainda no século XIX.

Para Candido o caso de Tolentino serviria para “ilustrar a mobilidade vertical no Brasil monárquico, cuja classe dominante sabia cooptar os elementos auxiliares de que precisava” (CANDIDO, 2007b, p. 137-138). O estudo foi então publicado pelo autor no volume *Um funcionário da Monarquia – Ensaio sobre o Segundo Escalão*, resultado de longo e intermitente trabalho de pesquisa realizado entre os anos de 1975 e 1985.

Nessa obra, Candido nos mostra desde os primeiros anos de Tolentino no serviço público ainda como funcionário da “Mesa de Consciência e Ordem” da cidade de Niterói, passando pelas sucessivas promoções funcionais que o levariam ao cargo de segundo escriturário da Contadoria Geral do Tesouro Nacional, até o prestigioso posto de Comissário Imperial na Junta de Crédito Público, em que Tolentino

seria um dos responsáveis por estabelecer os termos em que a então República Oriental do Uruguai quitaria suas dívidas com a Monarquia brasileira.

O período passado em Montevidéu foi particularmente importante para Tolentino e representou um ponto de inflexão em sua carreira de burocrata. No Uruguai, o funcionário da monarquia estreitou laços com personalidades que viriam a se tornar figuras de destaque na vida política do Segundo Reinado, como os futuros Duque de Caxias e Visconde do Rio Branco. A partir de então, Tolentino pôde alçar voos mais altos e passou a se envolver diretamente no jogo político do Brasil Império. (CANDIDO, 2007a, p. 31).

Em 1856, um ano após sua aposentadoria, Tolentino foi nomeado vice-presidente da província do Rio de Janeiro em caráter interino, dado que o então presidente, Luís Antônio Barbosa, pediu licença do cargo para assumir um mandato de deputado pelo Partido Conservador. (CANDIDO, 2007a, p. 37).

Em agosto de 1856, coube então a Tolentino a apresentação à Assembleia Legislativa Provincial de

um “relatório minucioso e bem-feito, verdadeiro panorama social, econômico e administrativo da província” (CANDIDO, 2007a, p. 40). Alguns meses depois, o Conselheiro pediria demissão do cargo interino. No ano seguinte, contudo, em agosto de 1857, Tolentino foi nomeado presidente da província, agora em caráter efetivo, o que lhe permitiria levar à frente com maior desenvoltura seus projetos e ideias para a administração provincial.

Tolentino foi o primeiro funcionário de carreira, oriundo dos baixos escalões, a ocupar aquele posto até então reservado à elite política do Rio de Janeiro. Candido acreditava que isso se deu pelo fato de que já há alguns anos havia a intenção de melhoria dos aspectos da administração pública local, que sofria com as descontinuidades causadas pelo vaivém de presidentes provinciais. Assim,

Nomeando-se um funcionário de carreira, tentava-se com certeza corrigir o absentismo e melhorar os aspectos técnicos da administração, sobretudo porque no caso especial da província do Rio de Janeiro havia uma antiga aspiração à reforma dos serviços administrativos, sempre reclamada, nunca realizada. (CANDIDO, 2007a, p. 44-45)

Também colaborou para a nomeação o bom desempenho anterior de Tolentino no exercício da vice-presidência, que foi inicialmente

bem recebido pela Assembleia e seus deputados. Ocorre que, dessa vez, Tolentino tinha planos mais ambiciosos de reforma da administração pública provincial, que pretendia tornar mais eficiente. Para Candido esse “zelo de Tolentino talvez tivesse a ingenuidade dos bem-intencionados e iria criar dali a pouco motivos para engrossar e dar virulência à oposição” (CANDIDO, 2007a, p. 48).

Não demorou então para que Tolentino propusesse uma ampla reforma administrativa, apresentada em 30 de abril de 1858. Ao propor a mudança dos meios de ingresso e promoção do funcionalismo, a reforma de Tolentino

Procurava coibir o arbítrio das nomeações por favor e estabelecer critérios de competência para dar eficácia ao serviço, criando uma carreira no sentido estrito, com base sobretudo em duas medidas: (1) concurso de ingresso e (2) promoção sem saltos. (CANDIDO, 2007a, p. 52)

Isso fazia com que a nomeação para cargos especializados só pudesse ser feita após concurso de provas, que exigiriam conhecimentos compatíveis com o cargo a ser exercido.

A reação da classe política foi violenta, uma vez que a criação dessa carreira administrativa “feria muitos interesses: dos funcionários, dos candidatos a funcionário, e, atrás, as famílias, os amigos, os

políticos que precisavam distribuir empregos para assegurar o apoio dos chefes locais”. (CANDIDO, 2007a, p. 54)

Foi o início de um período de conflitos com a Assembleia, que se voltou contra Tolentino e procurou, por diferentes subterfúgios, paralisar sua administração.

Não demorou para que viesse a primeira onda de ataques. Poucos dias depois da apresentação da proposta, artigo de jornal contrário à reforma administrativa foi publicado no jornal *Correio Mercantil*. Nos meses seguintes, teve início a ofensiva parlamentar contra Tolentino, que passou a pressionar o governo pela demissão do Conselheiro.

Tolentino resistiu a esses primeiros ataques, sendo respaldado pelo gabinete do primeiro-ministro. Contudo, já muito desgastado, Tolentino decidiu se demitir do cargo alegando motivos de saúde. Estava aberto a partir de então o caminho para que fossem revertidas as medidas tomadas por Tolentino em sua reforma administrativa.

Pouco tempo depois, os deputados provinciais reestabeleceram a livre nomeação para os cargos iniciais, sem a necessidade de concurso público, além de relaxarem os requisitos funcionais de acesso aos cargos superiores. Para Candido, a reação da classe política de então se explica, entre outros motivos, pelo fato de que

A nossa tradição administrativa provém da ibérica, na qual o cargo conservou o caráter de prebenda. Tradição no fundo mais próxima das concepções orientais, que ligam o ato administrativo à propina, do que da concepção alemã, de inspiração luterana, segundo a qual o serviço público é missão. O conflito de Tolentino com a Assembleia é um típico conflito da racionalidade com o senso patrimonialista dos líderes políticos, que não podiam dispensar os mecanismos de formação da clientela. (CANDIDO, 2007a, p. 70-71)

Após a renúncia do Conselheiro Tolentino e a anulação de suas iniciativas reformistas, a questão voltou à “normalidade”, mais uma vez bem definida por Antonio Candido:

Mas agora tudo estaria de novo em ordem. Podiam ser nomeados à vontade professores analfabetos, vigários malandros, praticantes filhos de papai que só iam receber o ordenado. Podia-se arrumar a vida de qualquer correligionário nomeando-o diretamente chefe de uma seção de finanças das quais nada entendia – e assim por diante, de um século a outro (CANDIDO, 2007a, p. 71).

Ao falhar em seu primeiro grande teste no meio político, Tolentino, após um período de afastamento, voltaria a ocupar posições de destaque na vida política do Império e, mais uma vez, entraria em conflito aberto com a classe política.³

Referências

- CANDIDO, A. **Um funcionário da Monarquia - Ensaio sobre o segundo escalão**. 2ª. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007a. 196 p.
- _____. Entrevista do autor. In: CANDIDO, A. **Um funcionário da Monarquia - Ensaio sobre o segundo escalão**. 2ª. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007b. p. 196.

MANZATTO, R. Conselheiro Tolentino, um funcionário da monarquia. **Informações Fipe**, São Paulo, n. 484, p. 41-43, jan. 2021.

- 1 Para o primeiro artigo da série que aborda os primeiros anos da carreira do Conselheiro Tolentino, ver Manzatto (2021).
- 2 A título de curiosidade, o título de Conselheiro corresponde ao que também teria recebido o escritor Machado de Assis caso houvesse encerrado seus anos de funcionalismo ainda durante a vigência da monarquia no Brasil (CANDIDO, 2007b, p. 144-145).
- 3 A terceira e última parte da trajetória de Tolentino será abordada na próxima edição de *Informações Fipe*.

(*) Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (DCP-USP).
(E-mail: romulo.manzatto@gmail.com).